



Avaliação de impacto social do Projeto “Pare, Escute e Olhe”, da Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura

Dissertação apresentada para obtenção do grau de
Mestre em Gestão de Organizações de Economia Social

Marta de Jesus Tareco Miguinhas

Orientador: Professor Doutor Nuno Jorge

2016/09

*Para o meu filho,
a minha principal fonte de motivação.*

*Para a minha mãe e para o meu marido,
sem esse apoio não seria possível.*

*Em memória do meu avô Joaquim, com saudade e eterna gratidão,
que teria gostado de ver esta dissertação concluída.*

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste processo de investigação fui confrontada com alguns obstáculos, que consegui superar devido não só ao meu esforço mas também ao apoio incondicional de algumas pessoas.

Como tal, quero agradecer ao Professor Doutor Nuno Jorge pela orientação prestada durante toda a investigação.

Uma palavra também de agradecimento aos meus colegas de mestrado, principalmente à Tânia Graça e ao João Costa, a quem agradeço a colaboração, o empenho, a compreensão e a amizade, porque esta cumplicidade que se criou entre nós tornou este Mestrado mais “completo”...

À Maria Isabel Baião, por vezes longe mas presente, pela constante manifestação de amizade e companheirismo que sempre, mas sempre me demonstrou.

Um Obrigado especial à minha mãe que esteve sempre presente na minha vida, quer nos momentos bons, quer nos momentos menos bons... e foi “graças” ao seu amparo que nunca senti o quanto deve ser duro “cair”.

Ao Francisco agradeço o afeto dos beijos solidários e o alento de todos os dias.

Ao Afonso agradeço as traquinices e a ternura do olhar, que tanto serviram de incentivo para seguir em frente... e peço desculpa do tempo que me faltou, para presenciar as suas “marotices”.

RESUMO

A avaliação de impacto social consiste na monitorização, análise e gestão das consequências sociais de determinada intervenção. Através desta investigação, pretendeu-se avaliar a importância e o impacto do projeto “Pare, Escute e Olhe” (desenvolvido pela Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura) na vida das comunidades ciganas e não ciganas, avaliando o retorno social do mesmo.

Os dados empíricos para este trabalho foram obtidos através de questionários aplicados aos agentes educativos e aos familiares dos alunos que participam no projeto “Pare, Escute e Olhe” e de entrevistas indiretas realizadas a dois intervenientes no Projeto.

Os resultados revelam que o desconhecimento do património cultural da minoria étnica (comunidade cigana) que a comunidade maioritária revela é um obstáculo na eliminação da discriminação racial dessa comunidade. Nesse sentido, o projeto “Pare, Escute e Olhe” dotou os “stakeholders” de ferramentas para suprimir a discriminação racial e assim promover a mudança de atuação no seu quotidiano profissional.

Verificou-se também que a aceitação da comunidade cigana pela comunidade maioritária promove o respeito recíproco pelas diferenças culturais e que o desenvolvimento das atividades do projeto “Pare, Escute e Olhe” facilitou a integração da comunidade cigana, nomeadamente no contexto escolar.

Palavras-chave: Impacto Social, Economia Social, Comunidade Cigana, Integração escolar e integração social.

ABSTRACT

Social impact assessment consists of monitoring, analyzing and managing the social consequences of a given intervention. The present study intends to evaluate the importance and impact of the "Stop, Listen and Look" project in the life of Roma (gypsy) and non-Roma communities, evaluating its social return.

The empirical data collected for this research were obtained through questionnaires to educational agents and to the families of students participating in the project "Stop, Listen and Look", and through indirect interviews with two intervenients of the Project.

The results reveal that ignorance of the cultural heritage of the ethnic minority (Roma community) revealed by the majority community is an obstacle to the elimination of racial discrimination against that community. In that sense, Project "Stop, Listen and Look" has provided tools to suppress racial discrimination and thus promote a change in daily life.

It is also verified that the acceptance of the Roma community by the majority community promotes mutual respect for cultural differences and that the development of the activities of the Stop, Listen and Look project facilitated the integration of the Roma community, especially in the school context.

Keywords: Social Impact, Social Economy, Roma Community, School integration and social integration.

Índice Geral

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
ÍNDICE DE FIGURAS	8
ÍNDICE DE QUADROS	8
ÍNDICE DE GRÁFICOS	8
INTRODUÇÃO	10
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	12
1. COMUNIDADE CIGANA	12
1.1. Integração Escolar	13
1.2. Integração Social	17
2. IMPACTO SOCIAL	19
2.1. O que é o impacto social	19
2.2. Porque é importante medir o impacto social	21
2.3. Impacto social e a teoria da mudança	23
2.4. Impacto social no terceiro setor	24
3.ECONOMIA SOCIAL	28
3.1. A Economia como vetor de retorno social e inclusão social	30
4. CARACTERIZAÇÃO da Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura	34
5. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO “PARE, ESCUTE E OLHE”	37
6. PROBLEMÁTICA	40
6.1. Enunciação do problema	41
6.1.1. Questão de investigação	41
6.2. Objetivos	41
6.3. Hipóteses	42
PARTE II – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	44
7. METODOLOGIA	44
7.1. Tipo de estudo	46
7.2. Caracterização do local de estudo	46
7.3. Técnica de recolha de dados	49
7.3.1. Entrevista	50

7.3.2. Inquérito por questionário	50
7.4. Procedimentos de recolha e preparação de dados	51
8. ANÁLISE DE RESULTADOS (OUTCOMES) E IMPACTOS	52
8.1. Universo	52
8.2. Amostra	54
8.3. Caracterização dos Agentes educativos.....	54
8.4. Caracterização dos Familiares dos alunos que participaram ativamente no projeto.....	56
8.5. Verificação das hipóteses	59
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXOS	78
ANEXO 1 – Questionário aos agentes educativos	79
ANEXO 2 – Questionário aos familiares dos alunos que participaram no projeto.....	84
ANEXO 3 – Guião da entrevista.....	91
ANEXO 4 – Análise de Conteúdo.....	93

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Cadeia de Valor Social.....	24
Figura 2 – Stakeholders	47

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Atividades do projeto “Pare, Escute e Olhe”	48
--	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade (Agentes Educativos)	55
Gráfico 2 – Género (Agentes Educativos)	55
Gráfico 3 – Tempo de Serviço (Agentes Educativos)	55
Gráfico 4 – Habilitações Académicas (Agentes Educativos)	56
Gráfico 5 – Idade (Familiars)	56
Gráfico 6 – Género (Familiars)	57
Gráfico 7 – Grau de parentesco com o educando (Familiars)	57
Gráfico 8 – Habilitações Académicas (Familiars)	57
Gráfico 9 - Já ouviu falar do Projeto “Pare, escute e olhe”	58
Gráfico 10 - Se SIM, qual o nível de informação que tem sobre o projeto.....	58
Gráfico 11 - Tem conhecimento das atividades desenvolvidas pelo projeto “Pare, Escute e Olhe”	58
Gráfico 12 - Como tem sido a reação dos alunos não ciganos perante a existência de alunos de etnia cigana na escola/ turma	59
Gráfico 13 - Como tem sido a reação dos pais dos alunos não ciganos perante a existência de alunos de etnia cigana na escola/ turma	60

Gráfico 14 - Acha considerou que quanto maior for o número de alunos de etnia cigana numa turma, maior é a dificuldade do processo ensino-aprendizagem	60
Gráfico 15 - Considera que a presença de alunos de etnia cigana provoca tensões nos professores	61
Gráfico 16 - Já se confrontou com problemas específicos no que se refere aos alunos de etnia cigana.....	61
Gráfico 17 – Motivos para a falta de inclusão (Familiares)	62
Gráfico 18 – Motivos para a falta de inclusão (Familiares)	62
Gráfico 19 - O projeto contribuiu para a integração dos alunos de etnia cigana	63
Gráfico 20 - Considera que o projeto “Pare, Escute e Olhe” melhorou a dificuldade do processo ensino-aprendizagem nas turmas que apresentam um número de alunos de etnia cigana	63
Gráfico 21 - Considera que o com a implementação do projeto “Pare, escute e olhe” a tensão que os alunos de etnia cigana provocam nos professores melhorou	63
Gráfico 22 - Nos últimos 18 meses sentiu que houve mudanças na integração de elementos de minorias étnicas, designadamente de alunos de etnia cigana	64
Gráfico 22b – Atribuição de mudanças (familiares)	64
Gráfico 23 - Nos últimos 18 meses sentiu que houve mudanças na integração de elementos de minorias étnicas, designadamente de alunos de etnia cigana.....	65
Gráfico 23b – Atribuição da mudança (Agentes Educativos)	65

Introdução

A presente dissertação tem como finalidade contribuir para o aprofundamento da formação académica adquirida pela aluna ao longo do Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social, mediante a realização de uma investigação sobre o Impacto Social das atividades de uma Associação de Desenvolvimento Local – a Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura. Concretamente, pretendeu avaliar o impacto social do projeto “Pare, escute e olhe” junto da comunidade cigana e da população em geral, no concelho de Moura.

Os estudos sobre o impacto das atividades levadas a cabo por organizações da economia social têm vindo a ganhar alguma relevância nas últimas duas décadas e segundo Lumley (2015), a medição desse impacto social contribui para o desenvolvimento das organizações do sector, constituindo mesmo o seu centro nevrálgico. No entanto, o mesmo autor reconhece que não existe só uma medida ou ferramenta para aferir o impacto social - existem várias, pelo que seria de extrema importância obter alguma uniformização nesta matéria.

Nos últimos anos, tem sido evidente a crescente importância do sector social em Portugal. O seu espaço de atuação é vasto e cada vez mais abrangente, focando-se no bem-estar e desenvolvimento social e cultural das comunidades em que se insere. Das fundações às organizações não-governamentais dedicadas à ajuda ao desenvolvimento, das organizações religiosas às associações de índole cultural e recreativo ou de intervenção ambiental, centenas de entidades e milhares de pessoas trabalham hoje com foco numa missão social e sem olhar a fins lucrativos, dando origem a uma efetiva economia social.

Nesta dissertação, pretende-se avaliar quais as consequências do projeto “Pare, Escute e Olhe” (levado a cabo pela Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura) na vida das comunidades ciganas e não ciganas residentes no Concelho de Moura. Essa avaliação é materializada na seguinte questão de investigação: **Qual o impacto social do projeto “Pare, Escute e Olhe” na comunidade cigana e na população em geral, residentes no concelho de Moura?**

Com esta investigação pretende-se verificar a importância do projeto “Pare, Escute e Olhe” na vida das comunidades e analisar o retorno social do mesmo, ou seja, avaliar se as comunidades ficaram sensibilizadas para a importância da participação plena e ativa de todos os seus membros no sentido de fomentar uma sociedade mais coesa.

Para tal, é necessário eliminar a discriminação racial das comunidades ciganas, através de uma intervenção integrada baseada na sensibilização pública na desconstrução do preconceito, bem como na capacitação de agentes estratégicos que funcionarão como multiplicadores das metodologias da intervenção.

O projeto teve como objetivo atuar contra a discriminação racial das comunidades ciganas. Para tal, definiu como necessário basear a intervenção em três pontos fundamentais:

- A desconstrução de preconceitos que incidem especificamente sobre a comunidade cigana;
- A construção de uma imagem positiva da comunidade cigana e dos seus membros, baseada em informação adequada e em experiências positivas comuns;
- Criar ferramentas que permitam promover o combate à discriminação das comunidades ciganas e a sensibilização da opinião pública.

Como forma de responder à questão de investigação, a este trabalho procurou, em primeiro lugar, fazer a fundamentação teórica dos conceitos-chave, formular hipóteses e verificá-las através de um estudo empírico.

Assim, na primeira parte do trabalho, caracteriza-se a comunidade cigana, no que diz respeito à sua integração escolar e social; e define-se os conceitos de impacto social e de economia social, nas perspetivas da inclusão social e do retorno social.

Na segunda parte, é realizada a investigação empírica, onde é apresentada a metodologia, bem como os instrumentos de recolha de dados quantitativos e qualitativos. Para tal, foram aplicados dois tipos de questionários - aos agentes educativos e aos familiares dos alunos que participam no Projeto “Pare, Escute e Olhe”, e foram realizadas entrevistas indiretas a dois intervenientes do projeto.

Com base nos resultados apurados, é feita a verificação das hipóteses e são formuladas as considerações finais.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. COMUNIDADE CIGANA

Os antepassados daquela que hoje chamamos de «etnia cigana» eram oriundos do Nordeste da Índia, iniciaram os seus movimentos migratórios por volta do séc. III e permanecem em Portugal há cerca de 500 anos. Esse fluxo migratório atravessou inúmeros países, onde muitos grupos foram ficando, o que lhes trouxe forçosamente grandes influências em termos culturais, proporcionando a formação de vários grupos que, sendo diferentes entre si, têm raízes comuns. O grupo Kalé chegou à Península Ibérica no início do séc. XV e a Portugal em meados do mesmo século.

A discriminação de que foi sendo alvo obrigou este grupo a um grande isolamento ao longo do tempo, tendo criado à sua volta uma barreira que se, por um lado, lhes permitiu conservar a sua identidade e cultura, por outro remeteu-os ao esquecimento, à desconfiança da sociedade maioritária e à sua própria exclusão social (Liégeois, 1994).

Atualmente, os grupos de etnia cigana, como cidadãos europeus, têm direito à livre circulação entre países comunitários e, se bem que a mobilidade seja uma característica cultural sua, os tipos de mobilidade dos grupos estabelecidos em Portugal incluem migrações internas e migrações externas, sobretudo no nosso país vizinho. Em relação às migrações internas, podem apontar-se como causas principais a venda ambulante e o trabalho sazonal, onde é envolvida toda a família.

Para a comunidade cigana, a família assume-se como o pilar basilar de estruturação da vida quotidiana. A família é entendida como família alargada, e é o centro da organização social e económica no seio desta comunidade. As crianças são educadas para respeitarem os valores da comunidade, como a autoridade dos mais velhos e a importância da família. É-lhes transmitido que, para o bom funcionamento da comunidade cigana, é necessário um profundo sentimento de solidariedade, respeito pelos mais velhos, a preferência por casamentos endogâmicos e a distribuição diferenciada dos papéis sociais, de acordo com o género. É esperado que as mulheres eduquem as crianças, cuidem das tarefas domésticas, obedeçam, respeitem e deem assistência aos seus maridos. São ainda as principais responsáveis pelas filhas até ao

momento do casamento e pelos filhos até atingirem a idade de 9 – 10 anos, quando estes começam a aprender com os pais a “comportarem-se como homens”. Dos homens, é esperado que sejam a fonte de autoridade e respeito, sendo os responsáveis pelas tomadas de decisão sobre assuntos familiares e têm o dever de garantir a manutenção económica da família (Gonçalves, Garcia e Barreto, 2006:24).

As crianças de etnia cigana, nos primeiros anos de vida, são consideradas como seres livres, que devem explorar por si mesmas o ambiente e aprender, através de experiência, as consequências dos seus atos. Por volta dos 10 anos, iniciam uma aprendizagem mais estruturada, que concerne as tarefas sociais dos géneros, ou seja, os rapazes devem seguir o exemplo de vida dos pais e as raparigas devem seguir o exemplo de vida das mães: cuidar das tarefas domésticas e dos irmãos mais novos (Casa-Nova, 2006). Como podemos confirmar no Observatório sociodemográfico das comunidades ciganas (2010), o casamento tem lugar por volta dos 14/15 anos para as raparigas e dos 16/17 anos para os rapazes. Contudo, só é considerado que a família está fundada com o nascimento do primeiro filho.

Um outro fator de diferenciação entre os ciganos e a sociedade maioritária é as condições de habitabilidade, uma vez que habitualmente vivem em clãs, que requerem espaços comuns e, em alguns casos, ainda vivem em tendas, situadas em campos ao ar livre. Esta tendência tem vindo a ser colmatada com a integração desta comunidade na malha urbana. Graças às transformações sociais nos últimos 40 anos, assistimos à criação de dinâmicas de inclusão das comunidades ciganas, através de diversas iniciativas levadas a cabo por instituições públicas e privadas, com o objetivo comum de promover a cultura cigana, sensibilizar para os problemas sociais que afetam estas comunidades e, acima de tudo, promover a sua integração social. Um bom exemplo deste tipo de iniciativas privadas é o Projeto que está na base desta dissertação, chamado “Pare, Escute e Olhe”, e levado a cabo por uma associação de desenvolvimento local, a Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura.

1.1. Integração Escolar

Qualquer criança, num determinado território, independentemente dos problemas, deficiências, cor, sexo, cultura ou religião a que pertença, tem o direito de frequentar as escolas da sua área geográfica, e conseqüentemente, o direito de viver na sua família,

participar na sua comunidade, conviver com os seus vizinhos. Estes são princípios que estão consagrados nos direitos humanos ou, mais especificamente, nos direitos da criança (Costa, 1999, 17-18).

O bem-estar das crianças em contexto escolar passa, também, pela relação que estabelecem com os seus pares. Desta forma, a promoção da relação intercultural entre pares pode constituir um importante estímulo para a frequência escolar.

Analisando a comunidade cigana, através de estudos estatísticos constatamos que é extremamente baixa a percentagem de indivíduos que completaram qualquer nível de escolaridade (EUFRA, 2012). Este facto deve-se, em parte, à mobilidade muitas vezes forçada, deste grupo de pessoas.

No entanto esta realidade parece ser um pouco diferente para as crianças que agora estão em idade escolar, uma vez que as taxas de frequência escolar têm vindo a aumentar, como afirmou em 2015, ao jornal «Público», o alto-comissário para as Migrações, Pedro Calado *“Há, todavia, sinais positivos: maior frequência de creches e jardim-de-infância, menos absentismo e abandono, maior interesse pela escola, maior participação das mulheres em cursos de alfabetização e de reconhecimento de competências, apesar das resistências dos maridos.”*, o que se deve provavelmente à crescente sedentarização da comunidade cigana.

Apesar de se observar que a maioria das crianças de etnia cigana iniciam o 1.º ciclo, a sua taxa de conclusão é muito reduzida – segundo um relatório da European Commission against Racism and Intolerance, menos de 10% dos ciganos portugueses terá concluído o segundo ciclo de escolaridade (ECRI, 2013). Verifica-se ainda que as raparigas, por razões culturais, são mais penalizadas. Esta penalização deve-se ao facto de as mesmas serem necessárias junto das famílias para tomar conta dos irmãos mais novos e ajudar as mães nas tarefas domésticas. Para além disso, a partir da puberdade devem ser protegidas, o que as impossibilita de sair à rua sozinhas ou acompanhadas por jovens que não pertençam à família (Gonçalves, Garcia e Barreto 2006).

Contudo, apesar de se verificar que a maioria das crianças ciganas inicia o percurso escolar, a escola continua a dizer pouco aos ciganos, provavelmente por esta não ter vindo a prestar atenção à sua especificidade sociocultural, ou seja, os ciganos encontram na escola um ambiente adverso aos seus interesses, à sua forma de ser e de estar (Derrington, 2007).

Logo, por razões de ordem cultural, onde se verifica que a coesão familiar advém da união da mesma, os ciganos mantêm permanentemente as crianças no seio da família, com o objetivo de garantir continuidade no processo “privilegiado” de educação e socialização familiares, permitindo a apropriação de regras de convivência familiares e dos valores comunitários.

Poderá, no entanto, colocar-se a questão de que se, por um lado, a etnia cigana não valoriza a escola (é-lhe alheia), por outro, a escola não está preparada para o acolhimento / inclusão destas crianças. Segundo Antunes (1998: 87), “falar de educação das minorias sem começar por a sua cultura de origem e as dinâmicas familiares e sócio grupais, tantas vezes diferentes das do educador, pode tornar-se num discurso demagógico e circunspecto que não produz pedagogia.” Ou seja, para os ciganos, devido às suas tradições culturais e modos de vida, a escola, enquanto instituição de socialização, não se enquadra nos seus entendimentos e expectativas de socialização da criança. A função da escola de qualificar para o trabalho, entendida pela comunidade maioritária como o garante para uma atividade estruturada, estável e rentável, é uma função que não faz sentido para os ciganos, uma vez que estes desde muito cedo acompanham os pais nas suas atividades e valorizam, acima de tudo, a autonomia e a vida em comunidade. Desta forma, sob vários ângulos, a escola entra em contradição com o estilo de vida cigano (Crespo et al., 2004).

Na escola, há tempos determinados para aprender, para descansar e para trabalhar, sendo estabelecido um grande hiato entre os adultos e as crianças, ao passo que os ciganos vivem num contexto policrómico, no qual as várias dimensões do espaço, tempo e vida social estão misturadas, ou seja, existe um contacto contínuo entre as diferentes gerações.

Enquanto, na escola, as crianças da comunidade maioritária são colocadas em contacto com as primeiras regras da escola e do comportamento social, desde muito cedo, a comunidade cigana considera que as crianças estão na idade da “liberdade” e que podem fazer quase tudo o que querem (Martins, 2007; Montenegro, 1999).

Nesta perspetiva, segundo Liégeois (1994), citado por Montenegro (1999) “é importante falar de escolarização e não de educação, termo que abrange globalmente os processos que as famílias desejam manter. (...) Os pais não parecem desejar delegar os seus próprios deveres de educadores à instituição escolar. (...) A escolarização pode ser

concebida de tal modo que não seja, ou seja o menos possível, um agente de desculturação. Deve ser concebida para completar a educação familiar e não para a contradizer”.

Não devemos esquecer que a população cigana, em geral, se caracteriza por gostar de atingir objetivos a muito curto prazo, necessitando de obter resultados de imediato. A escola, por sua vez, tem uma formação “pensada” para obter resultados a longo prazo.

De acordo com Aires (2004: 38), a comunidade cigana, quando concorda em “integrar um processo educativo, fá-lo numa perspectiva minimalista”, sendo apenas de seu interesse preparar as crianças com saberes práticos – aprender a ler, a contar e a escrever. Quer isto dizer que as atitudes dos ciganos em relação à escola estão em mudança, estes indivíduos começam a reconhecer a importância da escola, embora apenas numa perspectiva de capacitar as crianças com os já referidos saberes práticos. Como refere Piasere (1985: 6), a valorização da educação, da instrução e da escolarização das crianças ciganas é, pois, estreita e historicamente complexa. A escola é um palco privilegiado de confrontações entre as formas de ser e estar dos ciganos e não ciganos e que pende em favor da comunidade dominante.

Ainda hoje, as representações e os preconceitos, no que diz respeito à forma como os pais ciganos educam as suas crianças (“eles são muito livres”), (“eles não lhes colocam nenhum limite, deixam-nos fazer o que querem”) são frequentes e correlativos a um desconhecimento das suas práticas educativas.

Segundo Liégeois (1997: 81), é um facto que as estratégias políticas ciganas e as suas razões não são tidas em conta e o esquecimento deste parâmetro fundamental tem sido uma causa para o fracasso das tentativas de escolarização. Contudo, até ao presente, pouca atenção tem sido dada aos valores e dinamismos educativos presentes nas famílias ciganas. No caso da comunidade cigana, não se trata somente de questionar a relação entre ela e a escola, mas também de aprofundar as questões que se prendem com o acesso à escola. Uma escola que se pretende aberta e integradora da diversidade, necessariamente terá que repensar a sua estrutura interna com normas, gestão participativa, recursos, planos de estudo, espaços e tempos e ligar-se à comunidade envolvente, criando programas de parceria com outras instituições educativas e sociais e desenvolver projetos curriculares propiciadores de uma verdadeira educação intercultural (Carvalho, 2004).

A escolaridade e a assiduidade escolar obrigatória, há mais de um século, não são tão efetivas para as crianças ciganas e constituem, em Portugal e na Europa, por exemplo, um problema revelador das dificuldades em fazer aplicar os direitos das minorias. Segundo Liégeois (1997: 69) «trata-se de uma educação à independência e não de um deixar-fazer, numa comunidade educativa que canaliza os comportamentos com o propósito da aquisição da autonomia no respeito do grupo e dos seus valores». A família, unidade de base da organização social dos ciganos, permite uma educação coletiva da criança que vive em várias gerações.

O mesmo autor refere que, «o sistema permite uma integração completa, porque uma criança pode ser ao mesmo tempo sujeito a educar e educador» (Liégeois, 1997: 70).

Assim, a Escola é sem dúvida uma instituição cultural, o que leva a que as relações entre esta e a cultura cigana não possam ser concebidas como se estivessem em dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados. Muitas vezes, a falta de conhecimento da cultura cigana impede que na escola se faça referência à mesma, o que pode levar à subvalorização do seu próprio grupo cultural ou até mesmo à rejeição da escola. Esta deve ser um lugar de encontro onde se cruzam e se enriquecem os diversos modelos culturais. Deve ser ainda um espaço privilegiado onde, frente às desigualdades exteriores que não pode solucionar nem sobre as quais pode intervir, mas pode e deve proporcionar um ambiente de razoável igualdade, praticando relações de intercâmbio e de enriquecimento cultural.

1.2. **Integração Social**

Segundo Capucha (1998: 24), “a integração social implica a auto-suficiência de recursos e a mudança de atitudes não só nos grupos excluídos, como também na população que os vai integrar. O processo de integração deve, por isso, contemplar as implicações e dimensões subjetivas de uns e de outros grupos derivados, por exemplo: das aspirações, das crenças e dos valores”.

A integração social pressupõe a participação e a partilha, entre outros, dos mecanismos de poder, ou seja, dependem da interação de quatro sistemas – sistema político-jurídico, sistema económico, sistema de proteção social e sistema comunitário e familiar (Dias, Alves, Valente e Aires, 2006: 24).

De acordo com Schnapper (2007: 321) a integração é entendida como a incorporação de normas sociais e a participação na vida coletiva. É colocada a ênfase na necessidade de compreender, cuidar, promover e regular adequadamente a interação sociocultural positiva, que consiste em provocar uma modificação de comportamento importante nos indivíduos envolvidos, como forma de abordagem, de comunicação, de aprendizagem e também de resolução de conflitos entre diferentes culturas. Os contactos sociais e a interação constituem condições indispensáveis à associação humana.

Segundo Marques (2001: 34), “a posição de cada indivíduo estaria definida conforme o espaço a ele destinado em um determinado ambiente sociocultural (...). Muito da sua dificuldade de inserção social e de expansão de seus horizontes de realização decorre do seu enquadramento num espaço ínfimo para ele reservado e por ele ocupado no cenário social”.

É importante que as comunidades ciganas e não ciganas acreditem que a inclusão social não tem necessariamente que “adulterar” identidades culturais específicas: pelo contrário, as sociedades são dinâmicas e estão em constante mudança e a relação dialógica entre estas duas comunidades implica uma interação que vai inevitavelmente mudar e enriquecer ambas as partes. Simplificando, as sociedades e as culturas mudam naturalmente com o seu próprio desenvolvimento; da mesma forma, os ciganos irão igualmente mudar com os processos e inclusão, assim como a sociedade dominante deverá ser desafiada e modificada pela inclusão de diferentes comunidades. Estas mudanças deverão ser mais do que assimilação, deverão significar desenvolvimento, crescimento e enriquecimento mútuos (Marinho e Amaro, 2003: 115).

Os ciganos são frequentemente vistos como um símbolo de resistência e perseverança, como uma comunidade que, apesar da diáspora, lutou para preservar as suas especificidades em termos de estilo de vida, hábitos culturais, linguagem, etc. Não obstante, as suas particularidades foram mantidas à custa da sua saudável integração na sociedade dominante.

Isto porque a cultura é tida como um problema para a integração da comunidade cigana, verificando-se vários fatores que dificultam essa situação, nomeadamente a participação ativa desta comunidade no mercado de trabalho, pelo que é necessário dar um impulso acrescido nas áreas mais carenciadas - Educação, Habitação, Saúde e Emprego - a fim de reduzir a vulnerabilidade de muitas destas comunidades, que continuam a ser

grandemente afetadas em termos de exclusão social. Segundo Pinto (2000: 127), “a atual ideologia igualitária vem insistindo na demarcação entre políticas de integração e assimilação”.

2. IMPACTO SOCIAL

É necessário aferir o impacto / valor social dos processos de trabalho e/ou projetos das Organizações de Economia Social, como forma de se verem refletidos os seus esforços, avaliando assim os respetivos impactos sociais.

É bastante comum que as Organizações de Economia Social não tenham ao seu alcance os recursos e as capacidades técnicas para levar a cabo uma avaliação de impacto social, nem para implementar possíveis medidas de melhoria de gestão resultantes da referida avaliação.

Deste modo, há que ter em conta que as intervenções ao longo de determinado projeto devem ser baseadas numa teoria da mudança, em que se observam as necessidades dos públicos-alvo e se utilizam da melhor maneira possível os recursos disponíveis.

Posto isto, é necessário criar ferramentas para verificar se as intervenções apresentam um desempenho eficiente e eficaz. Para tal, é necessário dar especial atenção à relação com os “stakeholders” (Damião, 2015).

2.1. O que é o impacto social

O Impacto social é a mudança mensurável no bem-estar subjetivo duma população, em resultado direto de um projeto social. A avaliação de impacto social consiste essencialmente na análise, monitorização e gestão das consequências sociais de determinada intervenção.

Para realizar uma avaliação de impacto social, é necessário determinar o impacto que se pretendia obter com esse projeto, pois o último objetivo de um projeto social é o impacto que este produz, eliminando ou diminuindo o problema que foi identificado.

Para tal, é necessário estabelecer os objetivos de impacto do projeto social, determinando a importância de cada um, o que resulta das prioridades expressadas pela população-alvo.

Para avaliar os projetos sociais, é necessário utilizar uma metodologia que procure comparar os custos com os objetivos procurados, ou seja, os benefícios ou o impacto social que o projeto atingiu (Vanclay, 2003: 4).

No que concerne a projetos sociais, os benefícios dificilmente poderão ser mensuráveis, o que dificulta a análise da eficiência e da eficácia (impacto) do projeto, ou seja:

- Em que medida o projeto alcançará ou alcançou os seus objetivos;
- Que mudanças produziram ou produzirão na população-objetivo e qual a sua eficácia.

De acordo com Carvalho (2014), medir o impacto social é medir, de forma comprovada, um resultado social que se obteve. O autor refere o exemplo prático dos sem-abrigo em Lisboa, dizendo que se perguntássemos às ONG que ajudam os sem-abrigo qual é o seu impacto social, a resposta seria: “ajudamos x pessoas, demos y sopas e trouxemos alívio a uma população desprotegida”. Certamente, nada mais verdadeiro e admirável por parte desta organização. Contudo, quando se fez a mesma pergunta em Londres, os objetivos foram apresentados de forma bem mais precisa: “vamos tirar x% dessa população da rua, para os quais vamos gastar y, e a sociedade vai beneficiar em z”. Ou seja, segundo o autor, a primeira abordagem é aquela a que chamamos clássica, a segunda parece mais apropriada, mas dá mais trabalho. Isto porque é importante que a medição do impacto social seja o mais clara e precisa possível, utilizando ferramentas que tenham essa dupla função de medir rentabilidade e impacto social. Atualmente, em Portugal, estas ainda não existem em termos uniformizados e generalizados.

A Avaliação do impacto social associa-se à ocorrência de mudanças em uma comunidade, população ou território, a partir da inserção de uma variável conhecida no sistema (projeto social) em uma relação causal observada entre a mudança e a variável.

Nesse sentido, avaliar o impacto social deixa de ser uma opção e passa a ser um imperativo, para sustentar as propostas que afirmam ser capazes de gerar lucros e/ou transformações sociais (Brandão, D, 2013).

2.2. Porque é importante medir o impacto social

A avaliação de impacto social é uma das ferramentas mais importantes para a conceção de estratégias de desenvolvimento e, como tal, as organizações do terceiro setor têm vindo a realizá-la gradualmente ao longo do tempo. Isto não é surpreendente, considerando que uma realidade complexa requer um certo rigor e pragmatismo, sendo necessário compreender que a dimensão económica é um meio e não um fim (Fernández, P, 2012).

A demonstração / medição do impacto social causado é decisiva, sendo a análise *Social Return on Investment* (SROI) a ferramenta de gestão e diferenciação atualmente mais utilizada. O SROI É um indicador que calcula o retorno do investimento em projetos sociais e destina-se, sobretudo, a organizações do setor da economia social. É, portanto, uma análise de custos e benefícios, uma vez que se procura contabilizar o retorno do dinheiro investido no projeto. Contudo, esta análise não se refere apenas aos retornos financeiros, refere-se também aos impactos económicos, sociais e ambientais. Mede se houve resultados sociais, económicos e ambientais, e permite que se meça isso financeiramente, pois os resultados (outcomes) são monetizados com técnicas económicas reconhecidas – caso contrário, eles seriam deixados de fora da análise (Rouse, J, 2014).

O SROI é baseado em três conceitos principais:

- Os resultados (outcomes). Mas antes de entender os resultados (outcomes) é necessário entender os produtos (outputs) que são apenas a evidência de que uma atividade aconteceu. Por exemplo: 20 pessoas participaram num programa de profissionalização – isso é um produto. Mas o que significa? Não se sabe se todas essas pessoas conseguiram emprego. Ou, caso tenham conseguido, se é um trabalho que as faz felizes. Os resultados (outcomes) são mudanças reais, ou seja, procura-se avaliar se as 20 pessoas que participaram num programa de desenvolvimento profissional se tornaram mais confiantes, se conseguiram trabalho, se esse emprego melhorou a sua situação económica, se conseguiram mais autonomia, ou seja, envolve todas as diferentes mudanças que ocorrem no decorrer do projeto.

- O valor. Que consiste em avaliar o que não podemos comprar ou vender. Mas embora estejamos a falar de coisas que são medidas de formas diferentes, são colocadas numa moeda comum, de modo a se poderem relacionar de uma maneira económica.

- O impacto. Num sentido muito específico da palavra, é a mudança que o projeto produziu, onde se reconhece a contribuição de todos os stakeholders (Fernandez, 2014).

O SROI permite medir resultados, ajustar estratégias futuras e comunicar o impacto causado, sendo portanto uma ferramenta essencial para avaliar a criação de valor social.

De acordo com Petitgand (2015), para se falar de valor social, é preciso que todos os atores utilizem uma linguagem única, a fim de que se entendam e possam comparar os seus resultados.

O SROI foi elaborado para atender essa necessidade, ou seja, visa avaliar as mudanças através de critérios que são relevantes para as pessoas e para as organizações que as experimentam ou participam nelas, medindo neste caso os resultados sociais. Isto porque o SROI trata de valor; não de dinheiro. O dinheiro é simplesmente uma unidade comum de notação e, como tal, é a forma mais utilizada para expressar valor. Da mesma forma que um plano de negócio contém muito mais que projeções financeiras, a SROI é muito mais que um simples número. O SROI é a mensuração do intrínseco valor investido na sociedade, sendo ele no combate à desigualdade, no combate à degradação ambiental ou na melhoria do bem-estar social (Nicholls e Lawlor, 2009).

Avaliar o impacto social causado permite compreender os mecanismos pelos quais as alterações em determinado domínio desencadeiam impactos noutros domínios, bem como as consequências que se propagam no interior de cada domínio ou nele se repetem de forma interativa. Medir o impacto social permite o envolvimento dos stakeholders e analisa o valor do retorno social do projeto. Dito por outras palavras, devem ser considerados todos os impactos causados (impactos nas comunidades, impactos culturais, impactos demográficos, impactos no desenvolvimento, impactos económicos e fiscais, impactos institucionais, impactos no capital social e humano, entre outros). A avaliação de impacto serve para mostrar os efeitos de um projeto sobre o seu público-alvo, além de ver se esses efeitos foram ou não intencionais e se poderiam ocorrer de forma natural. Deste modo, é importante criar hipóteses sobre o contrafactual, ou seja, o que teria acontecido se o projeto não existisse (Fernandez, 2014).

A avaliação de impacto social permite:

- Apoiar a tomada de decisão de projetos;
- Melhorar a gestão de projetos;
- Gerir o risco de projetos;
- Identificar novas oportunidades;
- Avaliar o investimento de projetos;
- Avaliar o impacto alcançado;
- Traçar perspetivas de futuro.

2.3. Impacto social e a teoria da mudança

As atividades desenvolvidas no âmbito do terceiro sector têm, na sua totalidade, uma importante contribuição social. Um dos problemas que a nossa sociedade enfrenta é a falta de valor social e, portanto, o valor social é o resultado das ações do setor social.

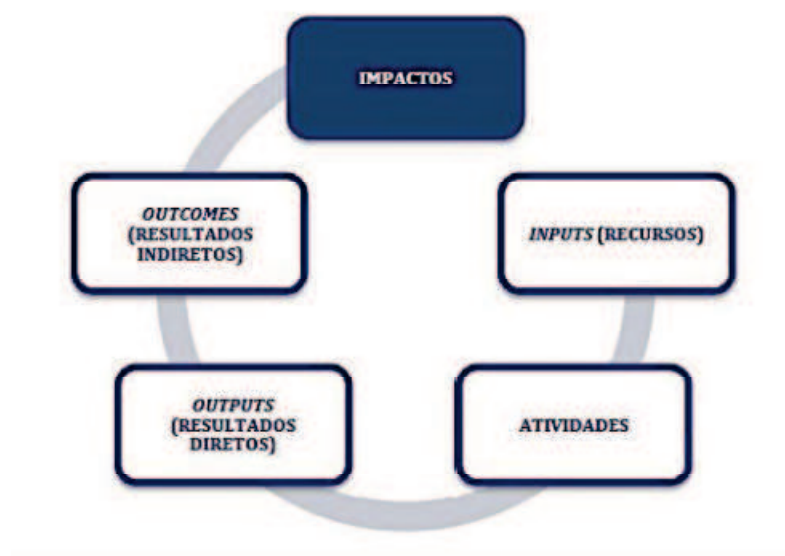
A Teoria da Mudança é uma teoria que orienta os investigadores sociais na concretização do seu objetivo último – a mudança social. Esta teoria é uma descrição abrangente de como e porque se espera determinada mudança em determinado contexto. Esta existe para explicar o que vai acontecer no “meio do caminho” entre o início do projeto e o seu fim. De uma forma geral, a teoria da mudança pretende descrever as atividades do projeto e como estas ajudarão a alcançar os impactos esperados, ou seja, as tais transformações sociais.

O objetivo de uma avaliação de impacto é, entre outros, promover o desenvolvimento e capacitação das comunidades. Na avaliação de impacto social do projeto “Pare, Escute e Olhe”, da Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura, pretende-se saber como seria a vida das comunidades ciganas e não ciganas se o referido projeto não existisse. Saber como as referidas comunidades se manifestariam em termos de comportamentos, analisando o retorno social do projeto. Ou seja, pretende-se avaliar se

as comunidades ficaram sensibilizadas para a importância da participação plena e ativa de todos os seus membros, no sentido de fomentar uma sociedade mais coesa.

Segundo Damiano (2015), “a teoria da mudança é uma representação simples, lógica, tendencialmente visual e compreensível por qualquer pessoa, do impacto social estimado ou efetivamente medido de uma organização. Corresponde ao que chamamos de cadeia de valor social, que traduz as relações causais entre as dimensões mais macro de uma organização, as mais difíceis de medir, que são os impactos sociais e económicos em sistemas ou setores, de médio/longo prazo, à escala regional, nacional, global e as dimensões micro, as atividades concretas e seus resultados de transformação social, decorrentes de recursos financeiros e logísticos, de conhecimento e sobretudo, de pessoas e capital humano. A sistematização da cadeia de valor social serve como primeiro passo de planeamento e/ou como processo de avaliação, podendo e devendo servir como fonte de aprendizagem e de melhoria. Enquanto processo de avaliação cujo benefício final é a aprendizagem e o apoio à decisão, é também o que nos permite ligar as relações entre as partes interessadas de um programa e as ligações lógicas, eventualmente de causalidade, entre as componentes centrais em gestão de projeto: planeamento, monitorização de atividades, avaliação de resultados e de impactos”.

Figura 1 - Cadeia de valor social



Sabendo que a teoria da mudança é, na sua essência, uma descrição abrangente e uma ilustração de como e por que se espera determinada mudança num contexto particular, torna mais fácil compreender a ligação precisa entre as atividades e o alcance dos objetivos de longo prazo. Também permite uma melhor avaliação, já que é possível medir os progressos em direção aos objetivos de longo prazo. A teoria da mudança traz uma visão que vai além da identificação dos resultados concretos de um projeto social. O processo da elaboração da teoria da mudança apoia-se na definição de todas as condições necessárias e suficientes para o alcance de um dado resultado (Mena, 2017).

Para procurar essas ligações, vamos primeiro sistematizar a teoria da mudança do projeto e, posteriormente, procurar interpretar os resultados obtidos, segundo indicadores de eficácia, eficiência, qualidade e de impacto.

A teoria da mudança é uma ferramenta útil para o desenvolvimento de soluções para os problemas sociais complexos. Articula as suposições sobre o processo através do qual a mudança irá ocorrer, e especifica as formas em que todos os resultados necessários são relacionados, para alcançar a mudança no longo prazo. A teoria da mudança requer mais especificidade nos objetivos e nas condições necessárias para alcançá-los. Portanto, é um trabalho duro que deverá ter as seguintes características:

- a hipótese clara e testável sobre como a mudança irá ocorrer. Isso não só lhe permite ser responsável pelos resultados, mas também faz com que os seus resultados sejam mais credíveis, porque eles foram previstos para ocorrer de determinada maneira;
- a representação visual da mudança que se deseja em determinada comunidade e/ou projeto e como se espera que a mesma aconteça;
- um modelo para avaliação com indicadores mensuráveis de sucesso identificados;
- um acordo entre as partes interessadas sobre o que define o sucesso e o que é preciso para alcançá-lo;
- uma poderosa ferramenta de comunicação para capturar a complexidade do projeto social (Anderson, A, 2016).

Faz parte do senso comum da economia e da gestão que a eficácia mede a relação entre o efeito da ação e os objetivos pretendidos, enquanto a eficiência é a capacidade de atingir determinado resultado com um mínimo de perda de recursos, isto é, fazendo o melhor uso possível do dinheiro, do tempo, materiais e pessoas. A relação entre a eficácia e a eficiência é complexa, porque é uma relação indireta. A eficácia é uma afirmação independente, enquanto a eficiência é uma condição, que nem sempre está ligada à eficácia. Ou seja, enquanto eficácia está relacionada com dinamismo e rapidez, a eficiência está relacionada com durabilidade e qualidade.

Por sua vez, a palavra "qualidade" tem um conceito subjetivo, que está relacionado com as percepções, necessidades e resultados em cada indivíduo. Diversos fatores, como a cultura, modelos mentais, tipo de produto ou serviço prestado, necessidades e expectativas, influenciam diretamente a percepção da qualidade, o que dificulta a sua interpretação.

Finalmente, entende-se por impacto social a mudança mensurável no bem-estar subjetivo duma determinada população, em resultado direto de um projeto, programa ou política. Impacto este que deve ser gerido ao longo de três fases principais:

- a criação, em que a configuração das intervenções é baseada numa teoria da mudança. Esta, por sua vez, escuta as necessidades dos públicos-alvo, de modo a utilizar da melhor forma os recursos disponíveis;
- a ativação, que visa a criação de ferramentas para verificar se a operacionalização das intervenções apresenta um desempenho eficiente e eficaz, com especial atenção à relação com os stakeholders;
- a avaliação das intervenções, orientada para a sua melhoria contínua, incorporando as lições aprendidas durante a sua operacionalização (4change, 2016).

2.4. Impacto social no terceiro setor

Nas organizações do terceiro setor, os projetos sociais tendem a ter caráter pontual (num determinado local), a uma pequena escala, e buscam preservar o seu diferencial de proximidade com o público-alvo. Também são concebidos dentro de uma lógica de

setor privado, em que os projetos devem estar plenamente articulados com a missão da organização e a sua estratégia de gestão.

A maioria destas organizações sociais são pequenas, e estão longe de terem recursos financeiros e técnicos preparados para saberem lidar com este tipo de avaliação, pelo que a avaliação de impacto de projetos sociais deve funcionar como um instrumento para orientar a condução das ações do projeto dentro da organização. É importante ter claro que a avaliação deve começar até antes do próprio planeamento do projeto (Rodrigues, 2010).

Durante o planeamento são, então, estabelecidos os indicadores de impacto e de processo a serem acompanhados, e definidos os instrumentos para a recolha dos dados. Durante a execução do projeto, a avaliação do processo (ou monitorização), feita regularmente, vai produzir as informações necessárias aos gestores para as devidas correções de percurso. No final do projeto (ou de um ciclo relevante), é feita a avaliação de impacto, para detetar as mudanças na vida dos beneficiários, atribuídas ao projeto (Baptista, 2015).

Um ponto importante nesta matéria é que a avaliação de impacto social deve estar inserida na organização, falando a mesma linguagem e servindo como farol para guiar as tomadas de decisões e conduzir as atividades do projeto social. As equipas do projeto entendem o papel da avaliação e estão fortemente ligadas entre si. Assim, quando a organização social está numa fase inicial, o seu modelo de avaliação de impacto das iniciativas sociais deve ser bastante simples, constituído por uma ou duas perguntas avaliativas básicas: como era antes? Como ficou depois? O projeto contribuiu?

À medida que a atuação social da organização for aumentando, o modelo de avaliação deve-se também adaptar. No entanto, independentemente do modelo de avaliação que se adote, os cuidados metodológicos a ter são imprescindíveis para garantir a credibilidade da avaliação, tais como a definição dos conceitos e indicadores, a elaboração dos questionários, a definição das amostras, a aplicação de testes estatísticos. Por menor que seja a escala do projeto social deve existir rigor, até mesmo em avaliações simples (Franks, 2012: 7).

Há, sem dúvida, um longo trajeto a ser percorrido no campo da avaliação de impacto das organizações do terceiro setor. Primeiro, é preciso fazer com que a avaliação, entendida no seu sentido abrangente, assuma para essas organizações o papel efetivo de ferramenta de gestão voltada para resultados. Atualmente, a grande maioria das organizações sociais ainda não sabe estruturar com objetividade os seus projetos sociais, pois não conseguem explicitar uma vinculação coerente entre o(s) problema(s) social(is) detetado(s), o que se quer atingir no projeto e o que será feito para tal.

Segundo, é preciso sensibilizar e investir na capacitação das equipas executoras das organizações sociais para a avaliação dos projetos sociais. Elas têm que passar a perceber a avaliação como um aliado, parte integrante do seu trabalho, para orientar a forma de fazer melhor as coisas e não como um fardo, por terem que levantar dados para atender aos requisitos do financiador.

Terceiro, a partir das procuras que forem surgindo dentro das próprias organizações sociais, é preciso ir aos poucos avançando para desenvolver internamente na instituição, métodos mais robustos para avaliar o impacto dos seus projetos sociais. Assim, por exemplo, há que se começar com o planeamento bem feito e enxuto dos projetos sociais e adaptado à dinâmica da intervenção (Rodrigues, 2010).

3.ECONOMIA SOCIAL

Nos últimos 30 anos temos assistido, generalizadamente por toda a Europa, a algumas transformações do Estado Social, para as quais encontramos justificação nas alterações económicas, demográficas, sociais e do mundo laboral e que têm originado um aumento das exigências nas formas e nos níveis de intervenção social do Estado. Todas estas transformações tiveram um impacto significativo nas pressões orçamentais e na sustentabilidade económica dos sistemas de provisão do bem-estar social o que leva a que ocorra um crescente peso das instituições do terceiro setor ou, se quisermos, da economia social (Pereirinha; J, 2003: 233).

Importa referir que a economia social é uma atividade humana iminentemente social, e porque é um setor importante, económica e socialmente, parece descabido remete-lo, para um canto residual, chamado terceiro setor. A referencia à economia social como

terceiro setor, segundo Pereirinha (2003: 234) “quer significar que não é o primeiro (o mercado? O Estado?), nem o segundo (o Estado? O mercado?): é o terceiro (não é mercado nem é Estado)”.

O setor da economia social pauta-se pela presença de um conjunto de valores que denota a finalidade social da sua atividade e uma racionalidade própria dos agentes: a ausência da finalidade de lucro na sua atuação, a preocupação pela procura não solvente, de satisfação de necessidades sociais onde se localiza também as que não são satisfeitas por produção de natureza mercantil. Até porque, o conceito “economia social” para além de ter surgido recentemente, combina dois termos que por vezes são antagónicos (“economia” refere-se à produção, distribuição, riqueza e “social” refere-se à rentabilidade social, em função do bem-estar de determinada população) (Monzón, J, 2012: 16).

Como referem Ávila e Campos (2005), “economia social é o conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o funcionamento e nas quais a eventual distribuição pelos membros dos excedentes, bem como a tomada de decisões não estão ligadas diretamente ao capital ou quotizações de cada membro, correspondendo um voto a cada um deles. A Economia Social também agrupa aquelas entidades privadas organizadas formalmente com autonomia de decisão e liberdade de adesão que produzem serviços de não mercado a favor das famílias, cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam.”

Este setor veio dar resposta à necessidade de uma maior eficácia na intervenção pública e uma maior eficiência na provisão do bem-estar nos vários domínios em que estas tendências tiveram lugar, constituindo, por outro lado, forma de resposta às restrições financeiras que, de forma crescente, o Estado tem defrontado para desempenhar as suas funções sociais (Monzón, J, 2012: 16).

3.1. Economia social como vetor de retorno social e inclusão social

A economia social, tal como é conhecida ao nível dos países da UE (segundo um estudo do CIRIEC, de 2006), remonta à década de 1970 e integra fundamentalmente três grandes famílias - as cooperativas, as mútuas e as associações, às quais se vieram juntar mais recentemente as fundações. A economia social assumiu-se, na sociedade europeia, como um polo de utilidade social, entre o setor capitalista e o setor público. É constituída por uma enorme pluralidade de atores e o seu campo de ação alarga-se a todas as necessidades sociais, antigas ou novas. Estas necessidades podem ser satisfeitas por pessoas ligadas a uma empresa que opera no mercado, onde quase todas as cooperativas e mutualidades vão buscar a maioria dos seus recursos, ou por associações e fundações que prestam serviços de «não mercado» a pessoas individuais ou famílias e cujo financiamento provém, normalmente, de donativos, quotas de sócios, subsídios, etc. (Monzón, J, 2012: 24).

Em Portugal, o conceito de economia social está ainda pouco desenvolvido, quando comparado com outros países europeus, nomeadamente com a Suécia e com a Finlândia, onde este conceito adquiriu mais clarificação, devido à própria estrutura da sociedade civil. Assim, nestes países têm-se gerado empresas sociais que têm como objetivo a maximização do lucro mas em que a totalidade ou parte desse lucro é reinvestido no desenvolvimento social, na educação e na cultura da população. Perante este contexto, assistimos a estratégias de sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social diferentes das de Portugal, em que o Estado-Social e a sociedade civil se reorganizam de forma a cobrir grande parte das funções sociais (Comité Económico e Social Europeu, 2007).

A economia social tem características próprias para responder a uma realidade e enquadramento económico e social específicos, à qual nem a economia pública nem a privada conseguem ou desejam dar respostas. Dessa forma, a economia social tem vindo a posicionar-se numa espécie de intervalo entre o Estado e o Mercado, onde tem adquirido (nas últimas décadas) um papel extraordinariamente importante. Ainda com mais evidência, pode afirmar-se que os últimos 30 anos têm vindo a demonstrar a importância da economia social na resposta às transformações sociais, económicas e políticas que se foram verificando na Europa e no mundo em geral, e em Portugal, de modo particular (Pereirinha, 2003: 236).

Em Portugal, as últimas décadas testemunharam o surgimento de novas necessidades sociais, que dizem respeito às condições de vida dos idosos, ao desemprego de longa duração, aos imigrantes, minorias étnicas, pessoas com deficiência, reinserção de ex-reclusos, mulheres vítimas de maus-tratos, doentes crónicos, entre outras, que não têm sido supridas, quer pelo setor público quer pelo tradicional setor capitalista, e que afetam vários grupos em risco de exclusão social (Pereirinha; J, 2003: 240).

É nesses domínios que determinadas organizações da economia social (cooperativas e, sobretudo, associações) têm registado uma expansão considerável. Este setor reúne simultaneamente um conjunto de novas organizações e de novos campos de ação. Estamos perante uma economia que é por natureza plural, não podendo ser reduzida a parâmetros estritamente comerciais e monetários. Em Portugal tem-se assistido a um desenvolvimento e crescimento do setor social, devido sobretudo ao aumento do número de cooperativas, bem como ao aumento do interesse neste campo, com a expansão de investigações científicas nesta temática e nas diversas políticas, que proporcionou um maior desenvolvimento neste Setor (Comité Económico e Social Europeu, 2007).

De acordo com Amaral (2013: 9), o setor de economia social em Portugal engloba “organizações prestadoras de serviços que suplementam ou complementam os serviços públicos nas áreas da saúde, educação e serviços sociais, e organizações estruturadas através das quais os indivíduos se podem juntar de forma a fazerem face a necessidades da comunidade, participar na vida política, e perseguir interesses individuais e de grupo”. A diversidade de recursos e atores das organizações de economia social conduz a diferenças na dinâmica de comportamento dessas organizações e nas relações entre as mesmas e o meio que as rodeia.

Em Portugal, a tradição assenta essencialmente nas misericórdias, que desde o século XVI assumiram uma componente de intervenção junto das populações mais desfavorecidas, e nas mutualidades que, no decurso do século XIX e alguns anos do século XX, tiveram grande intervenção na área socio-económica (Paiva, J, 2004: 106).

Atualmente, as tipologias das organizações de economia social são basicamente as Fundações, as Organizações não-governamentais sem fins lucrativos, as Associações, as Mutualidades, as Cooperativas e as Misericórdias (Graça, E, 2013: 214).

A economia social constitui a esfera do chamado terceiro setor, onde o associativismo, o cooperativismo e o mutualismo, aparecem como formas de organização da atividade produtiva. O crescente peso das atividades da economia social na provisão do bem-estar, constituindo uma forma de participação da sociedade civil, estabelecem de algum modo novos laços entre o económico e o social, nomeadamente a diminuição das desigualdades sociais como condição necessária para um aumento da participação da sociedade civil, requerida para uma maior eficácia da política social (Meira, 2013: 233).

Atualmente vivemos uma crise grave e duradoura, como refere o artigo “Portugal: A Crise Económica” da revista *Visão* (2011). Os serviços públicos portugueses, na sua maioria, são incompetentes e ineficazes, não satisfazem as necessidades dos portugueses, e o Estado é o pior pagador da economia portuguesa. Daqui emergem fenómenos sociais graves, desequilíbrios financeiros perigosos, desmedidos endividamentos público e privado. Tem faltado aos governos uma visão apurada sobre as verdadeiras causas das dificuldades, sobre o esgotamento provável dos modelos político-sociais vigentes. No caso de Portugal, se o crescimento fosse mais vigoroso, as duras realidades sociais com que hoje nos deparamos seriam menores, o peso da despesa pública na economia seria inferior, os impostos mais leves, mais reduzida a dívida e os juros.

Ainda segundo o mesmo artigo, a sociedade portuguesa está cada vez mais "doente", pois atingiu um estado impensável de extrema desorganização e de enorme indisciplina. Para ser possível ao Estado instaurar políticas de equidade necessita de ter prosperidade económica e, para isso, necessita de métodos diferentes dos que tem utilizado até agora. É necessário tomar medidas, pois a alteração dos modelos político-económicos, a par da mudança das estruturas de produção, desencadeou processos de desindustrialização, economias de “bolha” e a progressiva desmaterialização financeira (economia digital, comércio eletrónico, sistema digitalizado), e provocou um conjunto de fenómenos com graves impactos, entre os quais o desemprego estrutural, que culminaram na atual crise.

Perante tais acontecimentos, é de louvar o papel das organizações de Economia Social, pela sua resiliência face às crises e por serem um modelo mais próximo das pessoas, que pretende dar respostas concretas aos seus problemas reais e das comunidades. As organizações de Economia Social têm sido um motor do desenvolvimento sustentável ao nível da segurança económica, da justiça social, do equilíbrio ecológico e da

governança, mobilizando a participação dos cidadãos na reivindicação e defesa de necessidades e problemas comuns; geridas democraticamente e procurando a dignificação do trabalho e das pessoas.

A integração e a inserção social só são possíveis assegurando o direito ao trabalho, e que as organizações de Economia Social são um importante vetor para o desenvolvimento dos territórios e para a justa distribuição dos rendimentos. O seu ADN baseia-se na economia de reciprocidade, do real e do quotidiano, uma economia mais plural e doméstica, com respeito pela natureza, pelo território e pelas comunidades, valorizando a governança local e de proximidade (Ramos, 2011: 269).

Nestas circunstâncias, tem cabido à economia social criar através de mecanismos de solidariedade, empresas e instituições que, para além de serem eficientes do ponto de vista económico, conseguem, ao mesmo tempo, realizar aquilo que é o seu grande objetivo: a promoção da inclusão social, o desenvolvimento social e a coesão social.

A economia social aparece como um meio para recuperar a identidade social, através de associações ou cooperativas de inserção que permitam aos indivíduos ter acesso aos seus direitos cívicos e sociais bem como a criação de associações de apoio à formação escolar e profissional que permitam abrirem vias ao emprego e/ou à criação de novos serviços de proximidade (Ramos, 2011: 271).

O mundo globalizado, as crises económico-financeiras generalizadas em resultado daquele, os surtos de desemprego, e as desigualdades sociais resultantes da incapacidade dos Estados na promoção da repartição equitativa dos rendimentos têm conduzido a economia social para um papel predominante nas respostas a muitas das questões que vão surgindo.

Apesar de toda esta diversidade, devemos considerar como economia social as diferentes entidades privadas sem fins lucrativos, cujo produto é a solução dos problemas sociais.

4. Caracterização da Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura (ADCMoura)

De acordo com os estatutos que regem a Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura (ADCMoura), esta é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, com sede em Moura, tendo como objeto da sua intervenção apoiar e promover o desenvolvimento sustentável do concelho de Moura e de outras zonas da região do Alentejo, nas seguintes áreas consideradas prioritárias: Formação e Qualificação, Educação Ambiental, Empreendedorismo e Criação de Empresas, Animação Comunitária e Cidadania, Igualdade de Oportunidades e Igualdade de Género, Cooperação Institucional e Estratégica, Gestão e Qualidade.

Criada em 1993, a ADCMoura esteve envolvida, enquanto entidade promotora, interlocutora ou como parceira, em diversos projetos de natureza integrada e plurianual, de abrangência local, regional, nacional e transnacional, em áreas sobretudo relacionadas com a Educação para o Empreendedorismo, a Participação em Projetos de Território e o Apoio à Criação de Empresas em Rede Multi-institucional, sempre com a preocupação de introduzir qualidade e inovação nos processos e produtos gerados.

Da participação em processos que vão da criação de novas dinâmicas e serviços mobilizadores de competências à valorização dos recursos endógenos, são múltiplas as intervenções que demonstram essa preocupação constante com a qualidade e inovação postas ao serviço da melhoria do bem-estar das populações locais e também a capacidade de a ADCMoura se relacionar em diálogo aberto e cooperante com todas as partes interessadas, sejam as próprias populações, sejam entidades, públicas e privadas, de âmbito local, regional ou suprarregional, que com ela operam no território de intervenção ou fora dele aos níveis de decisão e conceção de políticas para partilha de aprendizagens e estratégias, em formato de cooperação bilateral ou em contextos mais amplos de Redes, Conselhos e Parcerias de Desenvolvimento.

A ADCMoura inclui nos seus objetivos prioritários de intervenção "Fomentar a coesão social e a participação cívica no território, intervindo especialmente junto de populações alvo de exclusão, com atenção particular nas problemáticas da Igualdade de Género e de Oportunidades".

A ação apoia-se num trabalho integrado e de proximidade, impulsionador do empowerment de pessoas, comunidades e organizações, que permita induzir processos de transformação do território. Realça-se 8 anos de intervenção com a comunidade cigana com o projeto Encontros (Programa Escolhas), onde tem sido possível contextualizar problemáticas concretas de discriminação, que se concretizam nas diversas situações da vida (acesso a serviços, exercício de direitos, compreensão e aceitação de valores culturais). Outros projetos reforçam esta experiência (Projeto Alinhavos-E5G, Grundtvig, espaço participativo) e a motivação por promover uma comunidade mais participativa e mais igualitária.

Segundo o artigo n.º1 do artigo 4.º dos Estatutos da ADCMoura “Considerando a necessidade de atuar de forma estratégica e integrada nos domínios da Economia, da Sociedade e do Ambiente, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações, constituem objetivos prioritários da Associação:

- a) Participar ativamente no aumento da competitividade e inovação territoriais, valorizando a inserção num contexto global e a salvaguarda dos valores locais e fomentando o empreendedorismo e a criação de empresas e emprego;
- b) Conservar e valorizar o património natural e cultural do território num quadro de aproveitamento responsável de oportunidades de desenvolvimento socioeconómico (atual e futuro), intervindo especialmente na educação e promoção ambientais junto das populações locais;
- c) Contribuir para a generalização do acesso a serviços sociais, culturais e educativos e a promoção da saúde;
- d) Fomentar a coesão social e a participação cívica no território, intervindo especialmente junto de populações alvo de exclusão e fortalecendo as problemáticas da igualdade de género e da igualdade de oportunidades;
- e) Aprofundar a cooperação institucional e estratégica, formal e informal, de âmbito local, regional ou suprarregional, na prossecução de objetivos e interesses comuns;
- f) Promover a melhoria contínua do desempenho organizacional da ADCMoura, visando a qualidade das intervenções e dos serviços prestados e a satisfação e o

reconhecimento de destinatários/as e parceiros/as e a observância dos princípios da igualdade de género e da igualdade de oportunidades dentro da organização.”

O n.º 2 do mesmo artigo refere que “deste modo, e considerando os objetivos definidos, constituem-se como principais áreas de intervenção da ADCMoura:

- a) Formação e qualificação de pessoas e organizações;
- b) Educação para o empreendedorismo;
- c) Apoio integrado à criação e desenvolvimento empresarial e à criação de emprego;
- d) Investigação, educação e promoção ambiental;
- e) Promoção da mobilidade e qualificação dos espaços urbanos e rurais;
- f) Animação comunitária e promoção da participação cívica;
- g) Promoção da igualdade de oportunidades e igualdade de género;
- h) Cooperação institucional e estratégica;
- i) Implementação de um sistema de gestão e qualidade na organização.”

Em ordem à concretização dos objetivos e áreas de intervenção referidos, a ADCMoura tem procurado cooperar com todas as entidades de natureza pública ou privada, cujas competências e esfera de atuação pretendem o desenvolvimento do concelho de Moura e das áreas vizinhas, quer sejam entidades de âmbito local, regional, nacional ou mesmo internacional.

5. Caracterização Do Projeto “Pare, Escute E Olhe”

Durante 18 meses, a ADCMoura dinamizou o projeto “Pare, Escute e Olhe”. Este tratou-se de uma intervenção financiada pelo Programa Cidadania Ativa. A ideia de base foi construída ao longo de vários anos de intervenção no terreno no âmbito do projeto Encontros (Programa Escolhas), que atua desde 2006 no concelho de Moura em prol da integração das comunidades ciganas locais.

Inúmeras dificuldades se levantaram ao longo deste caminho, e o projeto “Pare, Escute e Olhe” pretendeu colmatar algumas delas. Assim, o nome dado ao projeto resulta da seguinte reflexão das palavras: pare, escute e olhe.

“Pare” – Partiu-se da ideia de que a sociedade precisa de refletir sobre uma atitude generalizada de rejeição das comunidades ciganas, comunidades que pertencem de pleno direito a esta mesma sociedade. Parar e refletir, porque continuar de olhos fechados no mesmo caminho, sem desfazer equívocos nem abrir pontes de entendimento mútuo, não conduzirá seguramente à afirmação de uma sociedade mais confiante e tolerante e, sobretudo, mais equitativa.

“Escute, olhe” – Referiu-se diretamente à desconstrução dos preconceitos que se pretendeu realizar ao longo de uma campanha de comunicação e de workshops temáticos sectoriais.

O objetivo do projeto “Pare, Escute e Olhe” foi desmistificar ideias preconcebidas, assentes em falsos factos e dados errados que visavam desacreditar as comunidades ciganas. Através de um conjunto de atividades dirigidas tanto à população em geral como a públicos diferenciados, pretendeu-se sensibilizar a sociedade para o tema da discriminação racial que em Portugal visa particularmente as comunidades ciganas.

O Projeto “Pare, Escute e Olhe” procurou o fim do preconceito pelo conhecimento. Ou seja, o desconhecimento da história, dos hábitos e a caracterização abusiva dos traços ciganos certamente contribuíram para que a sua cultura se mantenha desconhecida e, por isso, suscetível à discriminação. A violência contra os ciganos está relacionada com a dificuldade de perceber uma realidade diferente dentro da nossa realidade. A construção de uma imagem positiva da comunidade cigana e dos seus membros, baseada em informação correta e em experiências positivas comuns e a capacitação de

agentes estratégicos funcionarão como multiplicadores das metodologias de intervenção.

Na concretização do projeto estiveram envolvidas três entidades locais, co-responsáveis pela dinamização das atividades:

- a ADCMoura foi a entidade promotora, que procurou reforçar uma intervenção de terreno consolidada que careceu de um suporte ideológico de modo a permitir alavancar mudanças profundas na sociedade. A ADCMoura procurou desenvolver mecanismos de luta contra a discriminação racial dos ciganos. Estes mecanismos foram pensados a partir da análise da intervenção que decorreu durante 8 anos com comunidades ciganas.

- a Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado (ADL) - sediada em Serpa, que procurou consolidar a sua intervenção a sua intervenção junto das comunidades ciganas.

- o Agrupamento de Escolas de Moura que se baseou na promoção intramuros, junto de alunos, professores e auxiliares, da diversidade cultural com vista a uma melhor integração escolar dos alunos de etnia cigana.

A organização desta parceria assentou em reuniões regulares, facilitadas pela proximidade geográfica das entidades, alternadamente nas instalações de cada uma destas entidades e com a presença de cada um dos seus representantes. A ADCMoura, enquanto entidade promotora, assumiu a gestão financeira e técnica do projeto, com recurso frequente a contributos dos parceiros neste domínio. A implementação das atividades foi de responsabilidade partilhada.

Os parceiros envolvidos no projeto tiveram como objetivos ficar mais capacitados de recursos e estratégias para dar continuidade à missão do projeto. Tratou-se de um conjunto de atividades, na sua maioria destinadas a sensibilizar a população em geral sobre os aspetos acima referidos. O projeto procurou, através de 5 ações declinadas em várias atividades, contribuir para a desmistificação de preconceitos contra os ciganos. O público-alvo foi, prioritariamente: população em geral, os técnicos de 1ª linha, jovens/crianças, e ciganos.

O projeto apresentou características inovadoras que se refletiram na intervenção com diferentes públicos-alvo permitindo alcançar uma maior abrangência em termos de

resultados. Dirigiu-se de forma incisiva e permanente à comunidade em geral, numa temática onde são escassas as ações de sensibilização sobre a comunidade cigana. Capacitou agentes comunitários estratégicos capazes de promover a mudança de atuação no quotidiano profissional e numa área com forte potencial de retorno futuro - a educação.

6. PROBLEMÁTICA

Com a presente investigação, pretende-se avaliar a importância do projeto “Pare, Escute e Olhe” na vida das comunidades ciganas e não ciganas, analisando o retorno social do mesmo.

Para isso, foi necessário, saber mais acerca da medição do impacto social, com o objetivo de desenvolver um indicador que pudesse medir o retorno social do investimento em responsabilidade social, bem como o impacto na sociedade.

O investimento em responsabilidade social é um fator de cada vez mais importância para as comunidades, pois permite atuar socialmente onde, muitas vezes, o Estado não consegue atuar.

O único valor que geralmente contabilizamos é o valor financeiro, e aqui surge o SROI, que incorpora custos e benefícios sociais, conseguindo medir e contabilizar este conceito de valor muito mais amplo que o financeiro.

O SROI é a mensuração do essencial valor investido na sociedade, sendo ele no combate à desigualdade ou na melhoria do bem-estar social. Esta análise é composta por cinco etapas essenciais para chegar a um resultado final. Através destas é possível fazer uma análise exaustiva do projeto em causa, de maneira a perceber os reais benefícios da sua existência, assim como o que aconteceria se o mesmo não existisse.

1ª Etapa: Mudanças previstas nos stakeholders

2ª Etapa: Perceber os inputs, outputs e o retorno/impacto

3ª Etapa: Perceber exatamente o que muda

4ª Etapa: Perceber o que teria acontecido se não houvesse o projeto/instituição

5ª Etapa: Calcular o SROI

Antes de avaliar o impacto/retorno social, é necessário saber qual o objetivo do projeto: pretende-se verificar a importância do projeto “Pare, escute e Olhe” na vida das comunidades ciganas e não ciganas residentes no concelho de Moura, analisando o retorno social do mesmo, ou seja, se as comunidades ficaram sensibilizadas para a

importância da participação plena e ativa de todos os seus membros, no sentido de fomentar uma sociedade mais coesa.

6.1. Enunciação do problema

A comunidade cigana enquanto grupo étnico caracteriza-se por uma série de elementos culturais que os distingue dos outros grupos, pelo que logo à partida aparece associado o conceito de discriminação racial.

6.1.1. Questão de investigação

A partir do problema identificado, a discriminação racial que em Portugal visa particularmente as comunidades ciganas, coloca-se a seguinte questão de investigação: *Qual o impacto social do projeto “Pare, Escute e Olhe” na comunidade cigana e na população em geral?*

6.2. Objetivos

O projeto tem como objetivo eliminar a discriminação racial das comunidades ciganas.

Para tal é necessário basear a intervenção em três pontos fundamentais:

- A desconstrução de preconceitos que incidem especificamente nos ciganos;
- A construção de uma imagem positiva da comunidade cigana e dos seus membros, baseada em informação correta e em experiências positivas comuns;
- Criar ferramentas que permitam promover o combate à discriminação das comunidades ciganas e a sensibilização da opinião pública.

Uma investigação deve apresentar, após a colocação do problema, uma ou várias hipóteses de trabalho. Estas devem ser resultado de uma reflexão, de uma pesquisa, de um contacto com os factos, da observação, afirmando Quivy (1998; 69) que devem assentar “numa reflexão teórica e num conhecimento preparatório do fenómeno estudado”.

6.3. Hipóteses

As hipóteses constituem-se como um fio condutor eficaz, que substitui a função da questão de partida, no entanto, esta deve estar presente na mente do investigador.

Segundo Bravo, as hipóteses são “enunciados teóricos supostos, não verificados, mas prováveis referentes a variáveis ou a relação entre variáveis (...) As hipóteses podem-se definir como soluções prováveis, previamente seleccionadas ao problema colocado, onde o cientista, se propõe ver através do processo de investigação, se os factos são confirmados” (Bravo, 1994: 71).

Também Quivy define que “uma hipótese é uma proposição que prevê uma relação entre dois termos que, segundo os casos, podem ser conceitos ou fenómenos. Uma hipótese é, portanto, uma proposição provisória, uma pressuposição que deve ser verificada” (Quivy, 1998: 70).

Segundo Quivy (1998: 72), “a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui-se na melhor forma de a conduzir com ordem e rigor, sem por isso sacrificar o espírito de descoberta e de curiosidade, que caracteriza qualquer esforço individual (...), pois um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou várias hipóteses”.

Para se formularem hipóteses, é necessário uma reflexão, uma pesquisa, um contacto com os factos e a observação. Quase sempre as hipóteses derivam da observação (hipótese indutiva) ou de uma teoria capaz de estabelecer previsões (hipótese dedutiva) (Gil, 1995).

Face ao que foi descrito anteriormente, foram deduzidas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 – Os indivíduos de etnia cigana estão socializados com os valores e as normas da sua própria cultura, considerando por isso desnecessária a aquisição da cultura da sociedade maioritária.

Hipótese 2 - O desconhecimento do património cultural da comunidade cigana influencia de modo significativo a discriminação racial por parte da comunidade maioritária.

Hipótese 3 - O Projeto “Pare, Escute e Olhe”, influenciou de modo significativo todos os stakeholders na promoção de uma sociedade mais coesa.

PARTE II – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Na segunda parte desta dissertação, iremos apresentar a metodologia seguida para avaliação do projeto em causa, e iremos analisar os principais resultados apurados através dessa metodologia.

7. METODOLOGIA

A avaliação de impacto social do projeto “Pare, Escute e Olhe” segue os princípios recomendados pela International Association for Impact Assessment (Vanclay, 2003), dos quais citamos aqueles que mais refletem a abordagem seguida neste trabalho, do ponto de vista ético e técnico:

“ A Avaliação do Impacto Social (SIA) inclui os processos de análise, monitorização e gestão das consequências sociais pretendidas e não intencionais, tanto positivas como negativas, das intervenções planeadas (políticas, programas, planos, projetos) e quaisquer processos de mudança social invocados por essas intervenções. Seu principal objetivo é criar um ambiente biofísico e humano mais sustentável e equitativo.

1. O objetivo da avaliação de impacto é criar um ambiente mais ecológico, sociocultural e economicamente sustentável e equitativo. A avaliação de impacto, portanto, promove o desenvolvimento e a capacitação da comunidade, constrói a capacidade e desenvolve o capital social (redes sociais e confiança).

2. O foco de preocupação da AIS é uma atitude pró-ativa ao desenvolvimento e melhoria dos resultados de desenvolvimento, e não apenas a identificação ou a melhoria de resultados negativos ou não intencionais. Ajudar as comunidades e outras partes interessadas a identificar as metas de desenvolvimento e assegurar que os resultados positivos sejam maximizados pode ser mais importante do que minimizar os danos causados por impactos negativos ”.

Outra referência orientadora da presente avaliação, e para a avaliação de programas como este, são os princípios da imparcialidade e independência da avaliação, tal como recomendados pela DAC/OCDE (OECD, 1991), bem como os conceitos de eficácia, de

eficiência, qualidade e de impacto, que foram integrados na metodologia de avaliação seguida.

Segundo Muir (2014), avaliar é aprender com os 3 P's do Impacto Social:

- O Propósito de uma organização ou projeto, o que queremos atingir (mudança social que queremos gerar);
- O Processo, e como o vamos atingir;
- A Performance (Desempenho), ou seja, em que medida conseguimos atingir o nosso propósito e gerar mudança social

No âmbito deste trabalho, revemo-nos na ideia de que a Avaliação de Impacto Social deve ser a bússola que norteia o rumo estratégico e operacional das organizações de missão social ou com relevantes impactos sociais (Muir, 2014).

A metodologia é a pedra basilar de toda a investigação, uma vez que orienta o investigador. Assim, é indispensável definir uma metodologia, que consiste na «análise sistemática e crítica dos pressupostos, princípios e procedimentos lógicos que moldam a investigação de determinados problemas sociológicos. Situam-se aqui as questões relacionadas com a estratégia de pesquisa a adotar em referência e adequação a certos objetivos de análise e em ordem à relação e integração dos resultados obtidos através do uso de técnicas» (Lima, 1981:10).

Para realizar uma investigação consistente, é necessário um olhar crítico sobre os procedimentos metodológicos, no sentido de analisar as suas potencialidades e limitações.

Parafraseando Quivy (1998: 158), a metodologia é “a arte de aprender, descobrir e analisar os pressupostos, a forma de colocá-los em evidência e sistematizá-los”.

A metodologia incide, então, na seleção e análise de informação, possibilitando obter vários conhecimentos e traçando o percurso a seguir. A metodologia implica a escolha do tipo de estudo, o campo empírico, os métodos, os instrumentos de observação e os procedimentos para a análise de dados.

Toda e qualquer investigação que se pretenda científica deve ser caracterizada por um distanciamento da realidade social que se vai estudar, que permita realizar o estudo de

forma consciente e crítica. Neste sentido, o estudo deverá ser acompanhado por um “fio condutor” que o estruture de forma coerente.

7.1. Tipo de estudo

De acordo com as palavras de Augusto Santos Silva, «um método é uma estratégia integrada de pesquisa que organiza criticamente as práticas de investigação, incidindo nomeadamente sobre a seleção e articulação das técnicas de recolha e análise da informação» (Silva, 2001:129).

Após a formulação da pergunta de partida, define-se o plano de investigação, que consiste na aplicação dos instrumentos que permitem a recolha de dados e a respetiva análise das informações.

Assim, e com o objetivo de encontrar respostas para a pergunta de partida, formularam-se as hipóteses e procedeu-se às respetivas observações que aquelas exigem.

Para a recolha de dados que possibilitasse a elaboração deste trabalho, utilizaram-se dois instrumentos, um qualitativo (a entrevista) e um quantitativo (o inquérito por questionário).

7.2. Caracterização do local de estudo

Para que qualquer investigação obtenha resultados fidedignos, é necessário ter em conta o campo de análise, pois “não basta saber que tipo de dados deverão ser recolhidos. É também preciso circunscrever o campo das análises empíricas no espaço geográfico e social, e no tempo” (Quivy, 1998:157).

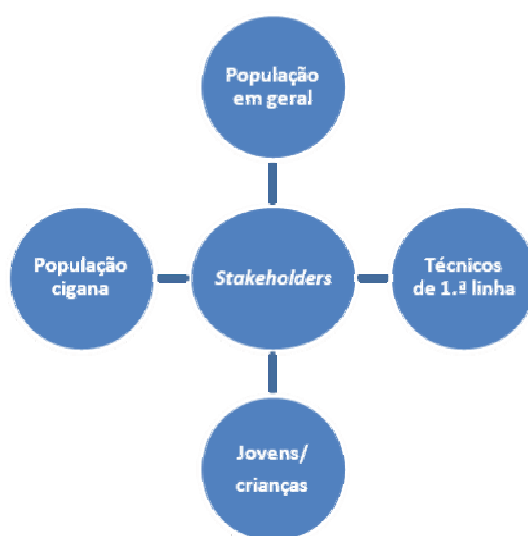
De acordo com Ilhéu (1997), a delimitação do campo de análise assenta sobre o Eixo Cronológico, Geográfico e Tipológico.

No que concerne ao Eixo Cronológico, este corresponde aos limites temporais, isto é, define o espaço de tempo em que o fenómeno é estudado. Assim sendo, o projeto “Pare, Escute e Olhe” desenvolveu-se entre setembro de 2014 e fevereiro de 2016 e a respetiva avaliação de impacto efetuou-se nos meses de fevereiro a abril de 2016.

O Eixo Geográfico corresponde à definição Espacial do tema, sendo que a presente investigação se refere ao concelho de Moura e concelhos vizinhos.

Relativamente ao Eixo Tipológico, este prende-se com o universo ou conjunto de unidades de observação. Sabendo que os *stakeholders* são elementos-chave para a avaliação de impacto social, pois estes são os sujeitos de ação que intervêm na atividade, podendo afetar e/ou ser afetadas por ela, a população alvo deste estudo são a comunidade cigana e a população em geral.

Figura 2 – Stakeholders



De acordo com o centro de pesquisa Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL) do Massachusetts Institute of Technology, para realizar uma avaliação de impacto fidedigna, é necessário um profundo conhecimento do funcionamento e objetivo do projeto em estudo.

De modo a obter uma melhor compreensão do campo de análise, torna-se relevante descrever o projeto “Pare, Escute e Olhe”.

Este projeto procurou contribuir para a desmistificação de preconceitos contra as comunidades ciganas, através de uma intervenção baseada na sensibilização da opinião pública no combate ao preconceito e na capacitação dos agentes estratégicos, que funcionaram como agentes das metodologias de intervenção.

Tendo em conta que o público-alvo deste projeto foi, prioritariamente: a população em geral, os técnicos de primeira linha, os jovens/crianças, e os indivíduos de etnia cigana,

foi necessário criar ferramentas que permitissem promover o combate à discriminação das comunidades ciganas, bem como a sensibilização da opinião pública, esclarecendo inclusive os direitos fundamentais que o público-alvo mal conhecia ou até mesmo desconhecia.

O projeto foi composto por cinco ações, em que cada uma delas desenvolveu um conjunto de atividades articuladas entre si, pensadas para abordar um ou mais problemas identificados. Todas estas atividades incluíram metodologias participativas, que envolvem ativamente os beneficiários do projeto, numa lógica de empowerment.

Quadro 1 – Atividades do projeto “Pare, Escute e Olhe”

Atividades	Público-alvo	Objetivos específicos	Stakeholders
1 Campanha “Basta”	População em geral; Técnicos de 1.º linha; crianças e jovens.	Sensibilizar a população em geral contra a discriminação racial das comunidades ciganas.	- ADC Moura - Rota do Guadiana, ADL - Agrupamento de Escolas de Moura - Alunos - Pais - Agentes Educativos - Técnicos Especializados - Colaborador de etnia cigana
2 Conhecer para intervir	Agentes educativos, técnicos de 1.ª linha.	Informar agentes estratégicos sobre a cultura cigana, de modo a qualificar a sua prática profissional.	- ADC Moura - Rota do Guadiana, ADL - 7 Escolas - Agentes educativos - PSP - Técnicos Especializados - Colaborador de etnia cigana
3 Caminhando	Comunidade cigana; crianças e jovens	Capacitar jovens da comunidade cigana para a divulgação de imagens positivas e reais da sua comunidade na sociedade.	- ADC Moura - Rota do Guadiana, ADL - Agrupamento de Escolas de Moura - Alunos - Pais - Agentes Educativos

			- Técnicos Especializados - Colaborador de etnia cigana
4 De pleno Direito	Comunidade Cigana	Informar sobre o exercício dos direitos fundamentais.	- ADC Moura - Rota do Guadiana, ADL - Agrupamento de Escolas de Moura - Comunidade cigana - Técnicos Especializados - Colaborador de etnia cigana
5 Mostras	População em geral; Técnicos de 1.ª linha; comunidade cigana.	Divulgar os resultados, impactos e metodologias do projeto.	- ADC Moura - Rota do Guadiana, ADL - Agrupamento de Escolas de Moura - Alunos - Pais - Agentes Educativos - Técnicos Especializados - Colaborador de etnia cigana

Fonte: Projeto “Pare, Escute e Olhe” levado a cabo pela Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura.

7.3. Técnica de recolha de dados

As ferramentas metodológicas utilizadas num projeto deste tipo procuram aferir o impacto social de uma atividade, com base nas mudanças que esta desencadeia, as quais devem ser reportadas pelos seus stakeholders.

Assim, para medir o impacto do Projeto “Pare, Escute e Olhe” na vida das comunidades ciganas e não ciganas, e sendo o objetivo primordial deste projeto a luta contra a discriminação racial das comunidades ciganas, é necessário basear a intervenção em três pontos fundamentais:

- A desconstrução de preconceitos que incidem especificamente nos ciganos;
- A construção de uma imagem positiva da comunidade cigana e dos seus membros, baseada em informação correta e em experiências positivas comuns;

- Criar ferramentas que permitam promover o combate à discriminação das comunidades ciganas e a sensibilização da opinião pública.

7.3.1. Entrevista

A entrevista é essencial num estudo desta natureza, já que os testemunhos de dois indivíduos de etnia cigana que participaram em algumas atividades do projeto se tornaram um fator primordial para a avaliação de impacto que pretendemos realizar.

Albarello (1997) define vários tipos de entrevista, de acordo com o grau de liberdade das respostas que se pretende obter. Ao adotar a prática da entrevista semidirecta não só se pretendeu que os entrevistados mostrassem a sua visão, como permitiu aos investigadores melhor contextualizar as ideias apresentadas. Com esta prática, além de importarem os fatores concretos, é dada também alguma importância aos valores e sentimentos que os complementam.

A utilização da entrevista levou a que o tratamento dos dados recolhidos fosse realizado através da técnica da análise de conteúdo, o que permitiu interpretar os vários discursos dos entrevistados, as suas ideias, opiniões e ainda fazer o “estudo do não dito, do implícito” (Quivy, 1998: 230).

Nesta pesquisa, procedeu-se a uma análise temática do conteúdo das entrevistas. Primeiramente, procedeu-se à identificação e seleção dos temas, posteriormente definiram-se as categorias de análise para cada tema, elaborando-se o quadro de análise de conteúdo que possibilita a interpretação dos vários discursos.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente procedeu-se à sua transcrição, para que fosse possível realizar análise de conteúdo.

7.3.2. Inquérito por questionário

Para complementar a informação obtida através das entrevistas, construíram-se dois questionários focados nos Outcomes, ou seja, nas mudanças geradas pelo projeto. Elaborou-se um questionário para os agentes educativos, de modo a avaliar o impacto social que o projeto “Pare, Escute e Olhe” teve na comunidade educativa e um outro

questionário para avaliar o impacto social que o referido projeto teve na população em geral, através dos familiares dos alunos que participaram ativamente no projeto.

Os questionários foram realizados na plataforma Google Forms, a qual possibilitou a preparação automática da análise de resultados.

7.4. Procedimento de recolha e preparação de dados

A aplicação dos inquéritos por questionário, como instrumento de avaliação, permite obter um conjunto de informações, que através do tratamento dos dados no Google Forms, calculou as percentagens, a média, a mediana, a moda e o desvio padrão.

O procedimento foi efetuado em 3 etapas, nomeadamente: introdução da estrutura do questionário no programa; introdução dos dados por parte dos inquiridos e por fim a análise dos resultados.

Após a realização das entrevistas, procedeu-se à análise de conteúdo das mesmas, onde primeiramente foram identificados e selecionados os temas, seguidamente definiram-se as categorias de análise para cada tema, elaborando-se quadros de análise de conteúdo que possibilitaram a interpretação dos vários discursos.

Desta forma, através dos conceitos e das hipóteses que constam no enquadramento teórico e relacionando a informação obtida nos inquéritos por questionário e nas entrevistas, procedeu-se à verificação. Assim, segundo Quivy, “são hipóteses que orientam a análise estatística dos dados, designando as variáveis a relacionar e precisando o significado atribuído a esta relação” (Quivy, 1998:72).

O tratamento de dados permite confrontar a teoria com a prática, assim como comprovar a validade das hipóteses formuladas. É a partir da interpretação dos dados empíricos que podemos avançar no conhecimento acerca de um determinado facto social, o que justifica uma investigação na área social.

8. Análise de resultados (outcomes) e impactos

Antes de procedemos à verificação das hipóteses, é necessário caracterizar quer a comunidade educativa, quer os familiares dos alunos que participaram ativamente no projeto.

8.1. O Universo

O universo é “uma coleção de elementos que partilham características comuns (Hill & Hill, 2008: 186). Caracteriza-se como um “grupo de indivíduos com uma ou mais características em comum (...) sobre os quais se deseja obter um determinado conjunto de informações (Reis & Moreira, 1993:118-122).

O universo constitui-se pela totalidade dos agentes educativos, dos familiares dos alunos que participaram no Projeto “Pare, Escute e Olhe” e da comunidade em geral.

Para ser mais precisa a caracterização do universo, é necessário falar no público-alvo para que cada atividade do projeto “Pare, Escute e Olhe” foi direcionada.

1. Campanha “Basta”

Numa primeira atividade foi efetuada uma campanha de sensibilização incisiva com várias metodologias: cartazes, flyers, artigos de merchandising (pulseiras, calendários), com o objetivo de atingir uma visibilidade territorializada e permanente. Esta atividade foi complementada por uma intensa campanha online (Site, Facebook, mailing list) atingindo um impacto importante a nível local (concelhos de Moura e Serpa) e a nível nacional. A Campanha “Basta!” previa abranger diretamente 70 pessoas, das quais 40 alunos de 2 turmas dos 5.º e 6.º anos referentes ao ano letivo 2014/2015 e sendo os restantes 30 os agentes educativos e os familiares dos alunos envolvidos no projeto. Indiretamente, esta ação previu abranger 20000 pessoas através do site e do Facebook, e também 2 ONG com atividades de informação sobre os direitos fundamentais e a dinamização de campanhas nos seus contextos locais.

2. Conhecer para intervir

Para completar esta sensibilização da população em geral, foram realizados workshops temáticos (“conhecer para intervir”) com agentes educativos e crianças/jovens. Estas ações tiveram o envolvimento ativo dos seus beneficiários, com o objetivo de capacitar os profissionais e agentes educativos visando a garantia dos direitos das minorias e a não discriminação, através do planeamento de ações que respondessem a questões críticas potencialmente indutoras de mudança nos quotidianos de trabalho e nos espaços de vida comuns. Foram realizadas 7 sessões em 7 escolas, onde estiveram presentes no total cerca de 180 agentes educativos.

3. Caminhando

Se a campanha visou desconstruir mitos, “caminhando” procurou construir junto dos alunos envolvidos uma imagem positiva, baseada em factos reais (história) e no contacto direto com jovens ciganos devidamente capacitados. Esta atividade decorreu em duas turmas (2.º e 3.º clico), de 15 e 12 alunos respetivamente, do PIEF da EB23 de Moura, tendo capacitado 3 jovens de etnia cigana a desenvolver ações de sensibilização acerca da comunidade cigana.

4. De Pleno Direito

Com a atividade “De pleno direito”, os ciganos foram informados sobre o exercício dos seus direitos fundamentais. Esta atividade foi dirigida à comunidade cigana, teve como objetivo reforçar a sua participação na sociedade e contou com cerca de 40 participantes, todos de etnia cigana.

5. Mostras

As “mostras” foi um momento privilegiado~, pois deu o feedback à sociedade sobre o impacto do projeto. No seminário intermédio, os participantes foram incentivados a produzirem recomendações para o projeto, promovendo assim, mais uma vez, a

participação ativa dos beneficiários. Um dos objetivos da mostra final foi a promoção de uma experiência positiva comum a ciganos e não ciganos, mas também a promoção de encontros e partilhas entre agentes multiplicadores. Foi realizada uma atividade ao ar livre no jardim municipal de Moura, onde houve uma troca de experiências de alguns dos intervenientes acerca das atividades do projeto.

8.2. A amostra

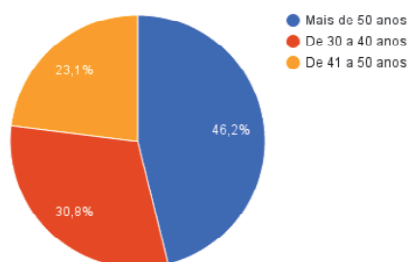
Uma amostra é representativa se as unidades que a constituem forem escolhidas por um processo tal que “todos os membros da população tenham a mesma probabilidade de fazer parte da amostra” (Ghiglione, 1993: 32). Uma vez que o estudo foi realizado num agrupamento de escolas, não se tornou difícil, através da base de dados desse mesmo agrupamento de escolas, dispor da lista exaustiva dos membros da população a estudar. Se se aumentar a dimensão da amostra, diminui o risco de aceitar erradamente a hipótese nula: “quando aumentamos a dimensão da amostra temos mais possibilidades de descobrir relações, mesmo ténues” (Ghiglione, 1993: 64). Assim, dado que o universo da população a estudar é 317 pessoas, a amostra foi constituída por 45 familiares dos alunos que participaram ativamente no projeto “Pare, Escute e Olhe” e 23 agentes educativos.

Foram ainda efetuadas duas entrevistas e respetiva análise de conteúdo a dois indivíduos de etnia cigana, que estiveram diretamente ligados ao Projeto “Pare, Escute e Olhe”.

8.3. Caracterização dos Agentes educativos

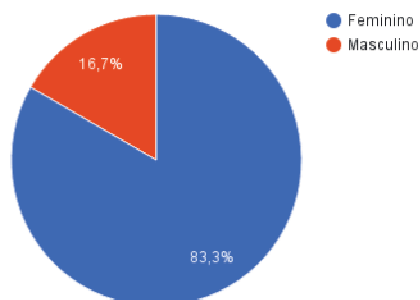
No que diz respeito aos agentes educativos, como podemos verificar no gráfico 1 - Idade dos agentes educativos, a maior percentagem (46%) tem uma idade superior a 50 anos, sendo o segundo grupo mais numeroso aquele que tem entre 30 e 40 anos. Trata-se, portanto, de uma população com uma idade já algo avançada.

Gráfico 1 – Idade dos agentes educativos



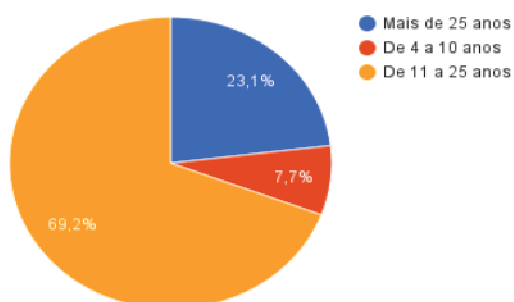
Quanto ao género dos agentes educativos inquiridos, podemos verificar no gráfico 2 – Género dos agentes educativos, que a esmagadora maioria (83%) é do sexo feminino.

Gráfico 2 – Género dos agentes educativos



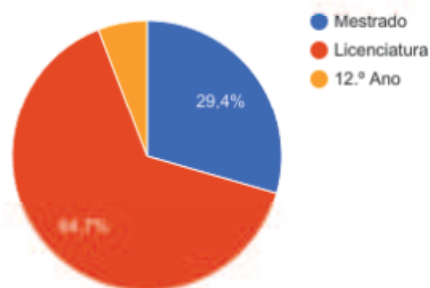
Quanto ao tempo de serviço dos agentes educativos, constata-se que 69% deles têm entre 11 e 25 anos de serviço no setor educativo e 23% trabalha há mais de 25 anos no referido setor.

Gráfico 3 – Tempo de serviço dos agentes educativos



Finalmente, no que se refere às habilitações académicas dos agentes educativos, verificamos que 61,5% dos inquiridos é detentor de uma Licenciatura e que 23,1% é detentor do grau académico de Mestre.

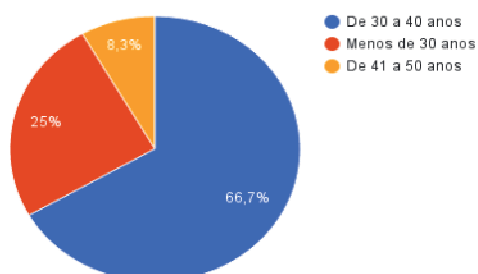
Gráfico 4 – Habilitações académicas dos agentes educativos



8.4. Caracterização dos Familiares dos alunos que participaram ativamente no projeto.

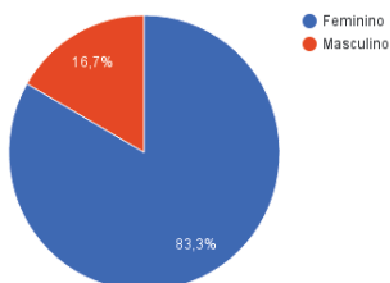
No que diz respeito aos familiares dos alunos que participaram ativamente no projeto, como podemos verificar no gráfico 5 – Idade dos familiares dos alunos, a maioria (66,7%) dos inquiridos tem idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos. O segundo grupo mais numeroso tem menos de 30 anos.

Gráfico 5 – Idade dos familiares dos alunos



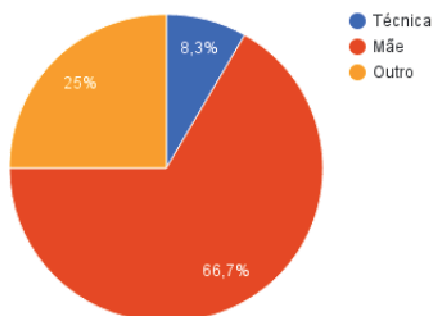
O gráfico 6 – Género dos familiares dos alunos mostra-nos que 83,3% dos inquiridos é do sexo feminino.

Gráfico 6 – Género dos familiares dos alunos



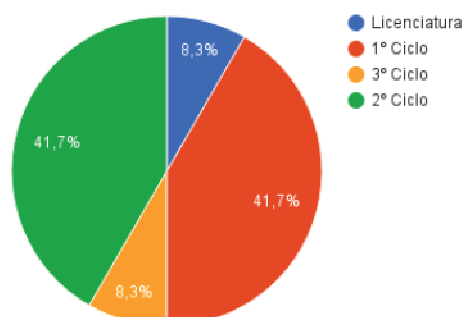
No gráfico 7 – Grau de parentesco dos familiares dos alunos, verificamos que o grau de parentesco de 66,7% dos familiares dos alunos que participaram neste projeto são as “mães”.

Gráfico 7 – Grau de parentesco dos familiares dos alunos



O gráfico 8 – Habilitações literárias dos familiares dos alunos, mostra que as habilitações académicas destes familiares são predominantemente o 1.º ciclo e o 2.º ciclo, com 41,7% dos inquiridos em cada uma delas.

Gráfico 8 – Habilitações literárias dos familiares dos alunos



A quase totalidade (91,7%) dos inquiridos afirmaram já terem ouvido falar no projeto “Pare, Escute e Olhe”, sendo que, desses, quase dois terços (63,6%) consideram ter algum nível de informação acerca do projeto e 18% muita informação.

Gráfico 9 – Conhecimento dos familiares dos alunos acerca do projeto “Pare, Escute e Olhe”

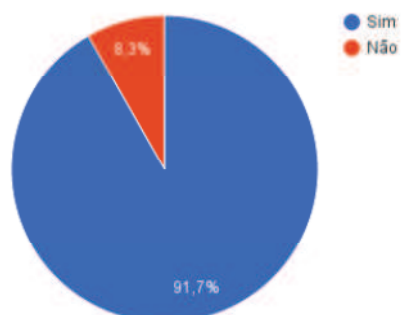
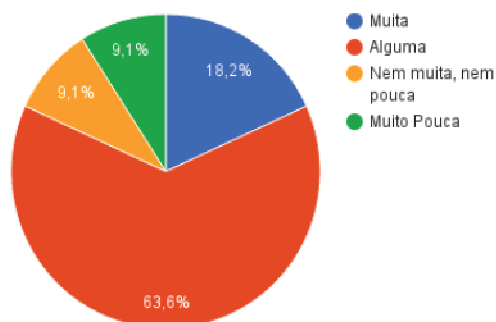
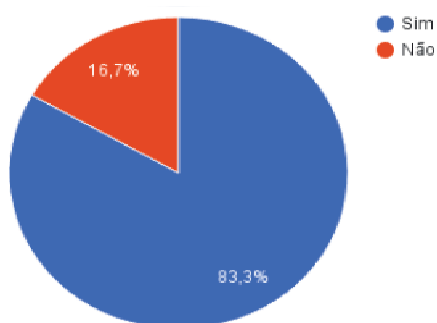


Gráfico 10 – Nível de informação acerca do projeto “Pare, Escute e Olhe”



A quase totalidade (83,3%) dos inquiridos afirmaram ter conhecimento das atividades desenvolvidas pelo referido projeto.

Gráfico 11 – Conhecimento dos familiares dos alunos acerca das atividades desenvolvidas pelo projeto “Pare, Escute e Olhe”



8.5. Verificação das hipóteses

Para procurar confirmar as hipóteses que se afiguraram como pertinentes, recorremos aos resultados:

- do questionário realizado aos familiares dos alunos que participaram ativamente no projeto;
- do questionário realizado aos agentes educativos;
- à análise de conteúdo das entrevistas indiretas realizados a dois intervenientes do Projeto “Pare, Escute e Olhe”.

Hipótese 1 (H1) – Os indivíduos de etnia cigana estão socializados com os valores e as normas da sua própria cultura, considerando por isso desnecessária a aquisição da cultura da sociedade maioritária.

Hipótese 2 (H2) - O desconhecimento do património cultural da comunidade cigana influencia de modo significativo a discriminação racial por parte da comunidade maioritária.

No gráfico 12 – Reações de alunos não ciganos perante a existência de alunos de etnia cigana na escola/turma. (questionário agentes educativos) e no gráfico 13 - Reações dos pais de alunos não ciganos perante a existência de alunos de etnia cigana na escola/turma (questionário agentes educativos), é bem patente a perceção de que a reação de pais e alunos não-ciganos é “regular” ou mesmo má quanto à presença de alunos de etnia cigana na escola ou na turma, o que confirma o pressuposto de que há uma atitude de receio e de eventual preconceito por parte da comunidade não cigana. 15,4% dos pais inquiridos considera “má” a existência dos alunos de etnia cigana na escola.

Gráfico 12 – Reações de alunos não ciganos perante a existência de alunos de etnia cigana na escola/turma. (questionário agentes educativos)

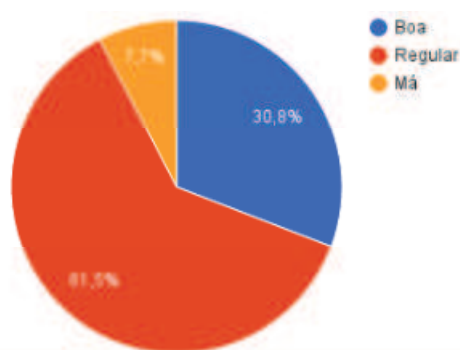
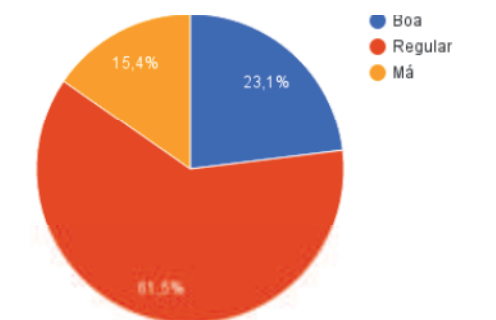
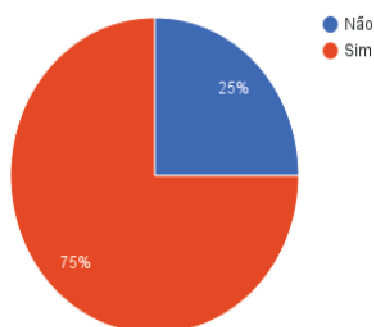


Gráfico 13 – Reações dos pais de alunos não ciganos perante a existência de alunos de etnia cigana na escola/turma. (questionário agentes educativos)



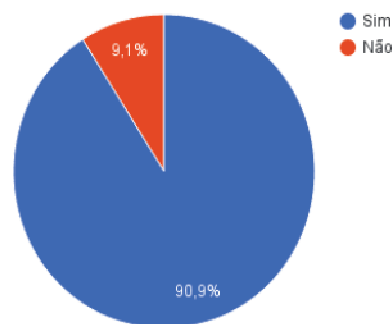
A juntar a esta opinião menos positiva, constatamos a existência da perceção de que há uma correlação entre o número de alunos de etnia cigana presentes no contexto de sala de aulas e as dificuldades no processo de aprendizagem dos alunos. Conforme se verifica no gráfico 14 – Quanto maior for o número de alunos de etnia cigana numa turma, maior é a dificuldade do processo ensino-aprendizagem (questionário familiares), para 75% dos familiares inquiridos, quanto maior for o número de alunos de etnia cigana numa turma, maior é a dificuldade do processo de aprendizagem.

Gráfico 14 – Quanto maior for o número de alunos de etnia cigana numa turma, maior é a dificuldade do processo ensino-aprendizagem. (questionário familiares)



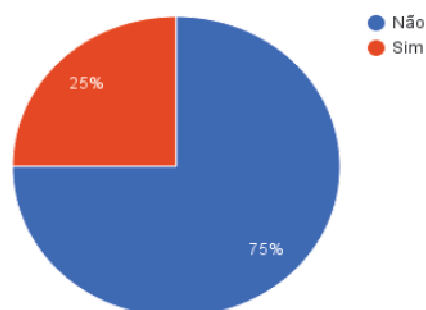
Existe também uma perceção muito bem vincada em 90,9% dos inquiridos de que a presença de alunos de etnia cigana no contexto escolar provoca tensões nos professores (gráfico 15 – A presença de alunos de etnia cigana provoca tensões nos professores. (questionário familiares)).

Gráfico 15 – A presença de alunos de etnia cigana provoca tensões nos professores. (questionário familiares)



O gráfico 16 - Confronto com problemas específicos no que se refere aos alunos de etnia cigana (questionário familiar), também pode relacionar-se com o gráfico 14 – Quanto maior for o número de alunos de etnia cigana numa turma, maior é a dificuldade do processo ensino-aprendizagem (questionário familiares), e com o gráfico 15 - A presença de alunos de etnia cigana provoca tensões nos professores (questionário familiares) em que 25% dos inquiridos afirmou já terem tido problemas com alunos de etnia cigana.

Gráfico 16 – Confronto com problemas específicos no que se refere aos alunos de etnia cigana. (questionário familiar)



Como podemos verificar nos gráficos 17 – Motivos para a falta de inclusão (questionário familiares) e 18 Motivos para a falta de inclusão (Questionários agentes educativos) os motivos maioritariamente atribuídos para esta perceção decorrem da origem cultural, dos hábitos comportamentais e culturais, bem como dos valores, crenças e motivações e, em muito menor proporção, de défices de qualquer tipo de capacidade.

De notar, a grande indecisão de opinião sobre se os alunos de etnia cigana estão ou não integrados e sobretudo a tendência positiva de que a integração da diversidade cultural é

vista maioritariamente pelos docentes como um desafio positivo (gráfico 18 Motivos para a falta de inclusão (Questionários agentes educativos)).

Gráfico 17 – Motivos para a falta de inclusão (questionário familiares)

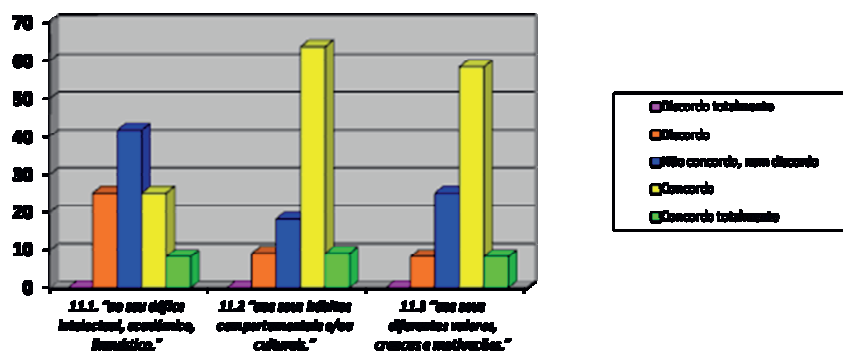
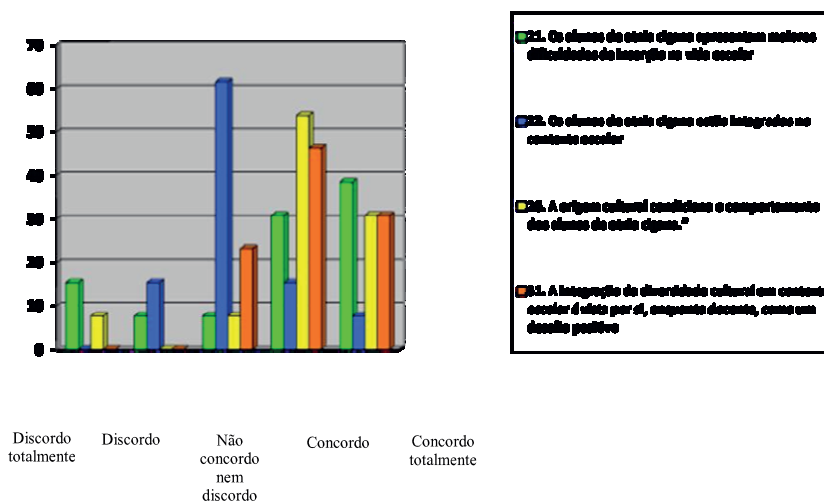


Gráfico 18 – Motivos para a falta de inclusão (Questionários agentes educativos)

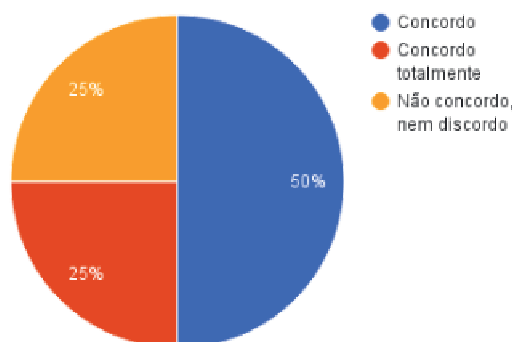


Hipótese 3 (H3) - O Projeto “Pare, Escute e Olhe”, influenciou de modo significativo todos os stakeholders na promoção de uma sociedade mais coesa?

Há uma opinião claramente favorável aos méritos do projeto, tendo contribuído na perceção dos respondentes para a inclusão, para mitigar dificuldades no processo de aprendizagem e na redução de tensões.

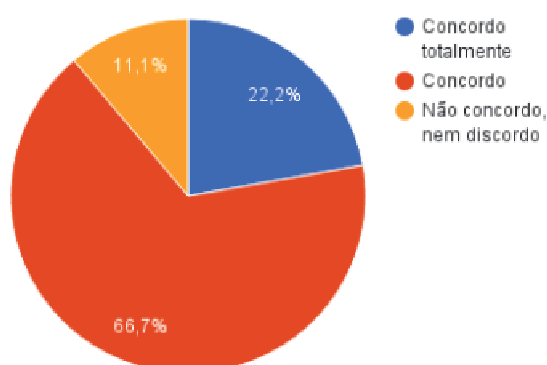
No gráfico 19 – O projeto “Pare, escute e olhe” contribuiu para a inclusão dos alunos de etnia cigana (questionários familiares), constatamos que 50% dos inquiridos concorda que o projeto contribuiu para a inclusão social dos alunos de etnia cigana.

Gráfico 19 – O projeto “Pare, escute e olhe” contribuiu para a inclusão dos alunos de etnia cigana (questionários familiares)



O gráfico 20 – O projeto “Pare, Escute e Olhe” melhorou a dificuldade do processo ensino-aprendizagem nas turmas que apresentam um número de alunos de etnia cigana (questionários familiares), mostra-nos que 66,7% dos inquiridos concorda que o projeto melhorou a dificuldade de aprendizagem nas turmas que apresentam alunos de etnia cigana.

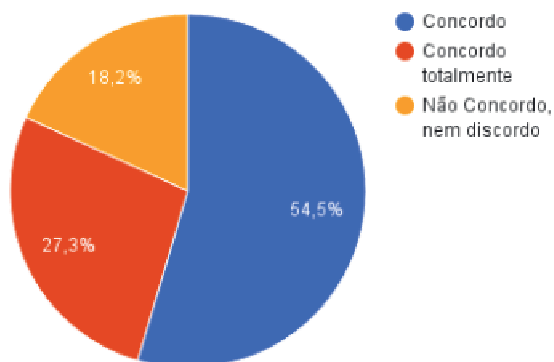
Gráfico 20 – O projeto “Pare, Escute e Olhe” melhorou a dificuldade do processo ensino-aprendizagem nas turmas que apresentam um número de alunos de etnia cigana. (questionários familiares)



O gráfico 21 - Com a implementação do projeto “Pare, escute e olhe” a tensão que os alunos de etnia cigana provocam nos professores melhorou (questionários familiares), mostra que 54,5% dos inquiridos concorda que com a implementação do projeto “Pare,

escute e olhe” a tensão que os alunos de etnia cigana provocam nos professores melhorou, realçando ainda neste gráfico que 27,3% dos inquiridos concorda totalmente com esta afirmação.

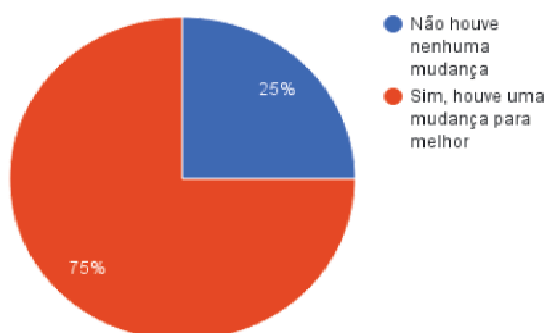
Gráfico 21 – Com a implementação do projeto “Pare, escute e olhe” a tensão que os alunos de etnia cigana provocam nos professores melhorou? (questionários familiares)



Os gráficos seguintes demonstram um sentimento muito positivo quanto à geração de mudança no período do projeto, em termos de uma maior integração da comunidade cigana – tanto a maioria dos familiares (75%), como dos agentes (77%) dizem que houve uma mudança positiva. Fomos procurar saber se essa mudança podia ou não ser atribuída ao “Pare, Escute, Olhe”, atribuição que é um conceito fundamental em avaliação de impacto social (Muir, 2014). Apurámos que a quem os familiares mais atribuem a mudança é à escola (21%), ao projeto (20%) e à comunidade não cigana (16%). Os agentes educativos atribuem uma importância ainda maior à escola (30%), seguida do projeto, com 17%, e dos próprios alunos, com 16%.

Gráfico 22 e 22b – Mudanças geradas pelo projeto (questionário familiares) questionário posterior

Pergunta 16. Nos últimos 18 meses sentiu que houve mudanças na integração de elementos de minorias étnicas, designadamente de alunos de etnia cigana.

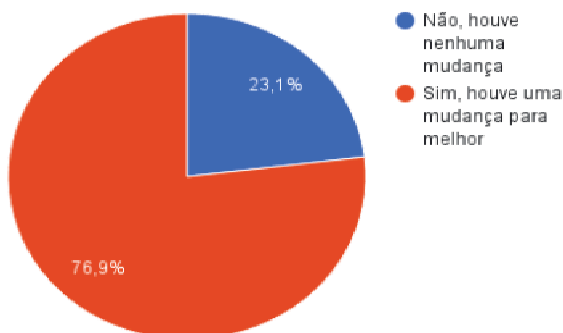


Atribuição da mudança (Familiares)



Gráfico 23 e 23b – Mudanças geradas pelo projeto (questionário agentes educativos)

Pergunta 35. Nos últimos 18 meses sentiu que houve mudanças na integração de elementos de minorias étnicas, designadamente de alunos de etnia cigana.



Atribuição da mudança (Agentes educativos)



Análise de Conteúdo - Colaboração de dois indivíduos da comunidade cigana no Projeto "Pare, Escute e Olhe"

Para apurar o interesse e a colaboração da comunidade cigana no Projeto "Pare, Escute e Olhe", foram entrevistados dois membros dessa comunidade, intervenientes no referido projeto.

De acordo com a análise de conteúdo que se encontra no anexo 4, segundo o Benjamim, cigano e interveniente neste projeto para sensibilizar a população maioritária contra discriminação racial da comunidade cigana, é necessário que: *"Cada vez que fazemos um projeto na nossa associação faz muito sentido temos alguém da comunidade cigana, portanto uma vez que eu sou um técnico e também sou cigano as funções são desempenhadas de uma forma muito mais fácil porque para além de conhecer as técnicas sou cigano e conheço a cultura cigana e portanto crio uma grande ponte entre o projeto e nosso público-alvo que são os ciganos o que nos facilita muito o trabalho.... Sempre com as duas populações, porque às vezes é um bocadinho difícil (...) são coisas culturais, são vivências e uma vez que tenho essas vivências só eu é que posso ajudar, ou seja só eu é que percebo as duas línguas, a dos ciganos e a da comunidade maioritária."* (Benjamim)

Já no que se refere à análise de conteúdo do discurso de Piménio, para sensibilizar a população majoritária contra a discriminação racial da comunidade cigana, é necessário mostrar o que se sente e deu exemplos de ações concretas do Projeto “Pare Escute e Olhe”: *“Participei em duas sessões com as comunidades para falar sobre discriminações e como lidar com a discriminação (...) na 2.ª ação que decorreu em Moura em que uns quantos ciganos e umas quantas ciganas foram convidados a ser um livro e a falar sobre uma história que os marcou relativamente à discriminação (...) sempre com as duas populações, inclusive em Serpa tivemos sempre pessoas não ciganas na assistência.”* (Piménio)

Através das entrevistas, constatou-se que é necessário informar e sensibilizar os técnicos acerca da cultura cigana.

Para o Benjamim *“ (...) nós também trabalhamos com alguns técnicos porque nós dávamos alguma formação, workshop que fazíamos que era virado para técnicos que trabalhavam com as comunidades ciganas, quer professores, quer auxiliares, polícias, enfim todos aqueles técnicos que trabalhassem com as comunidades ciganas e nós dávamos a formação sobre história e cultura cigana e dávamos a conhecer o que era um pouco as vivências dos ciganos para depois esses técnicos serem um bocadinho mais facilitados e terem algumas ferramentas para puderem trabalhar com essas comunidades... então facilitávamos muito o trabalho deles porque começavam a perceber o porquê de acontecer aquilo ou acontecer o outro e claro tiram muitas dúvidas também nas nossas formações e as pessoas saiam muito satisfeitas porque eram lapidadas todas aquelas dúvidas que tinham sobre a comunidade ciganas...”*

Verificou-se também que é necessário dar continuidade ao projeto “Pare, Escute e Olhe” porque como refere Benjamim *“Sim, hoje em dia (...) há aquelas pessoas que utilizam as redes sociais ou quando não tem quase nada para fazer e revelam aquele ódio (...) há muito racismo e em relação aos ciganos, há muitos preconceitos e parece que ultimamente as coisas vão piorando (...) nós temos a perceção que das comunidades ciganas há pessoas muito más, pessoas que fazem muitos disparates, mas não é só das comunidades ciganas e as pessoas muitas vezes não conseguem ver essa diferença generalizam muito em relação aos ciganos e esse é um grande problema”*

Piménio também considera necessário dar continuidade ao projeto, dizendo que *“O que acompanhei de longe e vi na página de facebook, gostei bastante, gostei da forma como atacaram as questões como abordaram os assuntos... como promoveram e publicitaram certos e determinados eventos, acontecimentos e tudo mais... como promoveram a desconstrução dos estereótipos e dos preconceitos... gostei desse trabalho todo... em concreto deste dois trabalhos gostei de terem tido a capacidade de ir buscar ciganos para trabalhar com ciganos em contraste do que acontece, ou seja não ciganos a trabalhar para ciganos... gostei do envolvimento das comunidades ciganas até ativas de um lado e do outro (...) Há muito aquele preconceito e aquele estereótipo que as comunidades ciganas tem aquela resistência à mudança.... E o que vi ali não é nada disso... há evoluções que tem que ser feitas... há sempre questões a evoluir, a melhorar e a capacitar e a ponderar mas até agora há uma abertura para a comunidade reagir, portanto se se continuar a trabalhar com a comunidade daqui a uma gerações acho que vai ser uma comunidade completamente diferente da que temos hoje”*.

No que diz respeito a integração da comunidade cigana e à dificuldade de aceitação por parte da população maioritária, Benjamim afirma que: *“É muito difícil lidar com a exclusão... isto leva a muitos problemas leva a problemas de educação, problemas de empregabilidade, problemas na saúde e tudo isto é uma bola de neve cada vez que vai rodando vai agarrando outros problemas os próprios ciganos às vezes tem um pouco de medo, tem medo de dedicar-se um bocadinho mais á educação porque depois de ter um filho formado será muito difícil de ter emprego ou então alguém quer alugar uma casa por exemplo onde nós estamos é muito difícil... há muitas barreiras... toda a nossa cultura, a nossa história desde os 500 anos que estamos cá temos tido grandes problemas (...) eles gostavam de se integrar mas há muita barreira”*.

Piménio refere que *“os ciganos continuam a querer ter contacto com não ciganos (...) e não deixaram de procurar estar nos locais públicos (...) podiam até ser daquelas comunidades que de tão batidas que estão se fechassem mas dá para ver que eles continuam a lutar e só estão à espera da oportunidade(...)”*.

Por último, é de realçar que, segundo Benjamim, é importante informar quer a comunidade maioritária quer a comunidade cigana, porque: *“(...) de uma forma geral,*

nós temos por exemplo algumas atividades em escolas e quando encontramos essas pessoas vem ter connosco e ainda se lembram do que fomos fazer e guardaram toda aquela informação que nós demos... por exemplo no calendário que fizemos com as escolas cá em Moura as crianças quando nos vêem falam-nos e dizem que já descobriram aquilo da cultura cigana, portanto até às próprias crianças faz muita falta porque elas é que são o futuro de amanhã e já estão mobilizadas para terem um bocadinho daquela sensibilidade em relação às comunidades ciganas, portanto todas as atividades tiveram um impacto muito bom... por exemplo na atividades de pleno direito nós tínhamos jovens que não sabiam formalizar uma reclamação, não sabiam que havia uma constituição, perceber que existem direitos e deveres foi muito bom para as comunidades ciganas ...”.

Para Piménio, informar quer a comunidade maioritária, quer a comunidade cigana é importante porque “(...) a mudança é longa e tem que ser gradual e mesmo depois de haver essa mudança ela tem que ser defendida que é para não voltarmos a ter pressões, porque as pressões para a exclusão social vai haver sempre, destruímos essa fonte de problema e estar constantemente a trabalhar para suportar as pressões e poder dar algum espaço para algum tipo de envolvimento da própria comunidade...”.

Conclusões

No final desta dissertação e após uma reflexão cuidada sobre os resultados obtidos na avaliação de impacto social do projeto “Pare, Escute e Olhe” levado a cabo pela Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura, pretende-se explicar para além dos resultados obtidos as limitações encontradas e propostas para futuras investigações.

Na presente dissertação, avaliou-se o impacto social que o projeto “Pare, Escute e Olhe” teve na vida das comunidades ciganas e não ciganas residentes no Concelho de Moura, sendo que o principal objetivo foi atuar contra a discriminação racial das comunidades ciganas.

Através dos questionários aplicados a vinte e três agentes educativos, dos questionários aplicados a quarenta e cinco familiares dos alunos que participaram no projeto “Pare, Escute e Olhe” e a entrevistas indiretas a dois intervenientes de etnia cigana no projeto, foi possível ir ao encontro dos objetivos inicialmente propostos e responder à questão de investigação.

A) Principais conclusões e contributos do estudo

A questão colocada nesta dissertação foi: Qual o impacto social do projeto “Pare, Escute e Olhe” na comunidade cigana e na população em geral, residentes no concelho de Moura? De acordo com as respostas dos familiares dos alunos que participaram no projeto “Pare, Escute e Olhe” verifica-se que a reação dos mesmos aos alunos de etnia cigana é “regular” ou mesmo má, o que confirma o pressuposto de que há uma atitude de receio e de eventual preconceito por parte da comunidade não cigana.

Os resultados revelam ainda que esta opinião menos positiva, deve-se à existência da perceção de que há uma correlação entre o número de alunos de etnia cigana presentes no contexto de sala de aulas e as dificuldades no processo de aprendizagem dos alunos, ou seja, de acordo com os familiares inquiridos, quanto maior for o número de alunos de etnia cigana numa turma, maior é a dificuldade do processo de aprendizagem.

A presente dissertação permitiu ainda demonstrar a perceção muito bem vincada nos familiares dos alunos que participaram no projeto (90,9% dos inquiridos) que a presença

de alunos de etnia cigana no contexto escolar provoca tensões nos professores. Foi possível ainda apurar que 25% dos inquiridos afirmou já terem tido problemas com alunos de etnia cigana.

Os resultados da presente dissertação revelam ainda, quer através dos questionários aplicados aos familiares dos alunos que participaram no projeto quer através dos questionários aplicados aos agentes educativos para a inclusão dos alunos de etnia cigana estão relacionados com a origem cultural, com os hábitos comportamentais e culturais, com os valores, crenças e motivações.

É de salientar que para os docentes a integração da diversidade cultural é vista como um desafio positivo.

Há uma opinião claramente favorável aos méritos do projeto, onde a maioria dos inquiridos concordam que o projeto para além de ter contribuído para a inclusão social dos alunos de etnia cigana melhorou a dificuldade de aprendizagem nas turmas onde existem alunos de etnia cigana.

De realçar também que a maioria dos inquiridos concordou que com a implementação do projeto “Pare, escute e olhe” a tensão que os alunos de etnia cigana provocavam nos professores melhorou. Verificou-se portanto um sentimento muito positivo quanto à geração de mudança no período do projeto, em termos de uma maior integração da comunidade cigana.

A presente dissertação permitiu ainda concluir que o desconhecimento do património cultural das minorias étnicas (comunidade cigana) que a comunidade maioritária revela é um obstáculo na luta contra a discriminação racial das comunidades ciganas, logo ao darmos a conhecer à comunidade maioritária a cultura cigana estamos a contribuir para a construção de uma sociedade não racista, não discriminatória e em simultâneo minimizar a discriminação racial.

Assim como podemos verificar todas as atividades desenvolvidas por a equipa do Projeto “Pare, Escute e Olhe” foram determinantes para minimizar este fenómeno social de elevada dimensão – a discriminação racial.

Os Stakeholders (os técnicos de 1.ª linha) ficaram dotados de ferramentas para lutar contra a discriminação racial e assim promover a mudança de atuação no quotidiano profissional, podemos verificar que a aceitação da comunidade cigana pela comunidade

maioritária promove o respeito mútuo pelas diferenças culturais e o desenvolvimento das atividades do projeto “pare, escute e olhe” facilitaram a integração da comunidade cigana, nomeadamente no contexto escolar.

B) Limitações e Estudos Futuros

Como limitações à presente dissertação pode começar-se por dizer que o enfoque foi colocado na comunidade maioritária. Não existindo portanto elementos sobre a vontade/intenção da comunidade minoritária neste caso a comunidade cigana de ser integrada.

O facto de a própria comunidade cigana, em grande maioria, se mostrar desinteressada em participar no projeto “Pare, Escute e Olhe”.

O projeto “Pare, Escute e Olhe” deveria ter continuidade, pois com o encerramento do mesmo corre-se o risco de se perder alguns dos objetivos alcançados.

Como estudos futuros importa definir três eixos intervenção:

Eixo de intervenção com a comunidade maioritária:

- Colóquio, debates, boletim informativo

Eixo de intervenção escolar:

- Formação de professores e funcionários para a sensibilização dos mesmos à existência do multiculturalismo na escola;
- Criação de ações de sensibilização para a intervenção do Estado, no sentido da mudança de aspetos muito pertinentes face à inclusão das várias culturas no ambiente escolar: elaboração dos manuais, intervenção nas atividades dos intervalos, criação de novos postos de trabalho (mais auxiliares de ação educativa – especializados);
- Desenvolver atividades com as crianças de ambas as culturas, no sentido de melhorar a sua inter-relação, através das relações entre pares;

- Realização de atividades no espaço escolar, com a participação dos Encarregados de Educação, com o intuito de realçar a importância do relacionamento de todas as crianças, assim como a importância que a própria escola tem para a formação dos seus educandos.

Eixo de intervenção famílias ciganas:

- Criar um grupo de mães/pais ciganos(as), com o intuito de dar a conhecer aspetos importantes para a formação dos seus educandos: ao nível da higiene pessoal, da assiduidade, cuidados com o material escolar, regras de boa educação para o bom relacionamento com a sociedade em geral, cuidados de saúde, entre outros.

Bibliografia

A Economia Social: Conceito Proposto pelo OBESP - <http://www.cases.pt>, consultado em 2016

Aires, Sérgio, “A Escola Ainda é Alheia e Adversa à Cultura Cigana”, *Jornal Mensal A Página da Educação*, Ano XIII, n.º131, Fevereiro, 2004.

Albarello (1997) Luc et al., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Antunes, Adelino de Jesus (1998), *Multiculturalidade e Educação para a Cidadania: o começo de uma história, ou há Ciganos em Alcobaça*; in *Intervenção Social*; 17/18

As atividades do Comité Económico e Social Europeu durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (2007)

Avaliação do impacto social de projetos de exploração de recursos de Daniel Franks, 2012 Retirado a 10 de fevereiro de 2017 de <http://www.im4dc.org/>

Baptista, C. P. – Como Medir o Impacto (Social e Ambiental), 2015

Baron, Laurence (1977), “Análise de Conteúdo”; Edições 70, Lisboa

Barreto, P; Garcia, O.; Gonçalves, A. (2006). *Tradição e perspetiva nos meandros da economia cigana: Circuitos peri-económicos na Grande Lisboa*. Lisboa: Alto Comissariado para a imigração e Minorias Étnicas.

Brandão, V. (2013). *O contexto de crise e o novo quadro de relações de trabalho: impacto no contrato psicológico dos trabalhadores portugueses*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia – Universidade do Porto, Porto.

Bravo, M. (1994), “Investigación educativa”, Alfar S.A., Ediciones

Caeiro, J. M. C. – A Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia social, 2008

Capucho, L. (1998). *Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades em Portugal: Que Relação com a Modernidade*. Oeiras: Celta Editora

Carvalho, P. S. – Unir o impacto social à rentabilidade financeira, 2014

Carvalho, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Casa-nova, M. Olhares VIII: Etnografia e Produção de Conhecimento -Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses .

Costa, A (1999), Uma Educação Inclusiva a partir da escola que temos, in Uma Educação Inclusiva a partir da escola que temos, Ministério da Educação, Edição do Conselho Nacional da Educação: 25-36

Crespo, I., Lalueza, J.L., Portell, M., Sánchez, S. (2004). Aprendizaje Interinstitucional, Intercultural e Intergeneracional en una Comunidad Gitana, Retirado a 3 de março de 2017 de <http://www.5d.org/postnuke/>

Damião, T (2015), Diapositivos do Seminário em Metodologias de Avaliação de Impactos nas Organizações da Economia Social, IPPS-IUL, ISCTE-IUL

Damião, T; Miguinhas, M; Pedra, C. (2016) Avaliação de Impacto do Projeto “Pare, Escute e Olhe” da Associação para o Desenvolvimento de Moura

Derrington, C. (2007). Fight, flight and playing white: an examination of coping strategies adopted by gypsy traveller adolescents in English secondary schools. International Journal of Educational Research. 46(6), 357- 367.

Development Assistance Committee (1991) Principles for Evaluation of Development, Assistance, OECD.

Dias, E.; Alves, I.; Valente, N.; Aires, S. (2006), Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão-integração. EDITOR: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

Estatutos da Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura. Retirado a 6 de fevereiro de 2017 de <http://adcmoura.pt>

European Commission against Racism and Intolerance. (2013). Relatório sobre Portugal (quarto ciclo de controlo). (Ed.). Estrasburgo: Conselho da Europa. Retirado a 09 de março de 2017 de <http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/ecri/Country-by-country/Portugal/PRT-CbC-IV-2013-020- PRT.pdf>

EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS (2012), The situation of Roma in 11 EU Member States Survey results at a glance, Luxembourg, Publications Office of the European Union. Retirado a 09 de março de 2017 de http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/

Fernández, P. S. – La importancia de la evaluación del impacto social, 2012

Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993) (2ª ed.). O Inquérito. Teoria e Prática. Celta. Oeiras.

Gil, António Carlos, (1995), “Pesquisa social”, Editora Atlas S.A., São Paulo

Graça, E. – A conta satellite da economia social (CSES) em Portugal, 2013

Hill, M & Hill, A (2008). Investigação por Questionário, 2ª Ed. Lisboa: Edições Sílabo.

<https://pt-pt.facebook.com> › Locais › Cambridge (Massachusetts) › Organização

Jornal público Um retrato “agridoce” das comunidades ciganas em Portugal, 2015.

Retirado a 10 de fevereiro de 2017 de <http://www.publico.pt/>

Liégeois, J (1994), A escolarização das ciganas e viajantes, Relatório Síntese; M.E.C./D.E.P. – G.E.F.; Lisboa

Liègois, Jean-Pierre (1997). Minorité et scolarité : le parcours tsigane. Toulouse : Centre de Recherches Tsiganes CRDP Midi-Pyrénées

Lima, Boris Alexis. (1981) Contribuição à metodologia do Serviço Social. Belo Horizonte: Interlivros

Lumley, T. A SPECIAL BREED OF IMPACT, 2015

Marinho, M e Amaro, M. – Os Ciganos em Portugal – aproximação I, 2003,

Marques, Cesariana, (2001), A Família e as Instituições in Ptextos, n.º 8, Lisboa, págs. 9 e 10

Martins, L. S. T. R. (2007). Um olhar sobre o (in).sucesso escolar na diversidade cultural. Um estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta.

Meira, D. A.- A Lei de Bases da Economia Social Portuguesa, 2013

Mena, I. – O que é a teoria da Mudança, 2017

Métricas em negócios de impacto social. Retirado a 2 de fevereiro de 2017 de www.movesocial.com.br

Montenegro, M (1999); Projeto Nomada, in Ciganos e Educação, Cadernos ICE, Instituto das Comunidades Educativas, Setúbal: 17 - 37

Monzón Campos; J. L. & Chaves Ávila; R. (2015). La Economía Social en la Unión Europea – CIRIEC

Monzón, J. L. & Chaves, R. – A Economia Social na União Europeia, 2012

Monzón, José & Chaves, Rafael (2006) The Social Economy in the European Union– CIRIEC

Morais; A.; Constança(2015) Relatório de Avaliação de Impacto Social – comunidade Vida e Paz – Equipas de Rua, Abril de 2015, everis, an NTT DATA Company

Muir, K. & Bennett, S. (2014) The Compass: Your Guide to Social Impact Measurement. Sydney, Australia: The Centre for Social Impact.

Nicholls, J.& Lawlor, A guide to Social Return on Investment. Developmen. 2009

Paiva, J. P., & Sá, I.G. (2004). A Fundação das Misericórdias: O Reinado de D. Manuel I. Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Centro de Estudos de História Religiosa. União das Misericórdias Portuguesas

Pedra, C.; Neves, M.S. (2014) Comunidades Ativas contra o Tráfico de Pessoas, Setembro de 2014, I'M Magazine

Pereira, A. C. – Observatório das Comunidades Ciganas e Fundo de Apoio à Estratégia Nacional, 2015

Pereirinha, J. – Economia Social e Estado-Providência, 2003

Petitgand, C. – Qualitative analysis of the social impact generated by the social enterprise through interviews of beneficiaries and elaboration of questionnaires, 2015

Petitgand, C. – Visits to productive groups (craftswomen), filming and picture taking to trace the members' learning, new techniques and materials adoption, 2015

Piasere, Leonardo (1985). Connaissance tsigane et alphabétisation. Véronne : Université de Vérone.

Pinto, Maria de Fátima (2000) - A Cigarra e a Formiga: contributos para a reflexão sobre o entrosamento da minoria étnica cigana na sociedade portuguesa. Porto: REAPN.

Portugal a crise económica Retirado a 17 de março de 2017 de <http://visao.sapo.pt/>

Quivy, R. & Campenhoudt, L.; (1998); Manual de Investigação em ciências Sociais; Gradiva; Lisboa

Ramos, M. C. - Economia solidária, inovação social, empreendedorismo e desenvolvimento local, 2011

Reis, E.; Moreirs, R. (1993), “Pesquisa de Mercados”, , Edições Sílabo, Lisboa.

Rodrigues, M. C. P. (2010) “Acção Social das empresas privadas: como avaliar resultados?” Editora Atlas

Rodrigues, M. C. P. (2010) “Projetos sociais corporativos – como avalia e tornar essa estratégia eficaz?” Editora Atlas

Rouse, J. & Fernandez L. G. – Metodologia de Medição de Impacto Avalia Reais Mudanças de Projetos Sociais, 2014

Schnapper, Dominique (2007), Qu'est-ce que l'intégration? , Paris, Éditions Gallimard: folio actuel Inédit.

Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira (2001); Metodologia das ciências sociais”, Edições Afrontamento, 11.ª edição, Porto

Vanclay, F. (2003) Social Impact Assessment, International Principles, IAIA – International Association for Impact Assessment.

Anexos

Anexo 1 – Questionários aos agentes educativos

Questionário de avaliação do projeto “Pare, Escute e Olhe”

Instruções de resposta ao questionário:

Este questionário versa um conjunto de temáticas relativas ao modo como os agentes escolares percebem a implementação do projeto “Pare, Escute e Olhe” na luta contra a discriminação étnica.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor e honestidade, pois só assim será possível avaliar o impacto que o referido projeto teve na população em geral.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O tratamento deste é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu **anonimato** é respeitado.

1. Idade

Menos de 30 anos De 30 a 40 anos De 41 a 50 anos Mais de 50 anos

2. Género Masculino Feminino

3. Tempo de Serviço

Até 3 anos De 4 a 10 anos De 11 a 25 anos Mais de 25 anos

4. Habilitações Académicas

Doutoramento Mestrado Licenciatura Bacharelato Outra _____

1 = Muito Má, 2 = Má, 3 = Regular, 4 = Boa e 5 = Excelente.

	1	2	3	4	5	Registe aqui as suas sugestões de melhoria
5. Como tem sido a reação dos alunos não ciganos perante a existência de alunos de etnia cigana na escola/ turma?						
6. Como tem sido a reação dos pais dos alunos não ciganos perante a existência de alunos de etnia cigana na escola/ turma?						

1 = Muito Má, 2 = Má, 3 = Regular, 4 = Boa e 5 = Excelente.

Avalie os seguintes aspetos acerca das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto “Pare, Escute e Olhe”	1	2	3	4	5	Registe aqui as suas sugestões de melhoria
7. Pertinência do assunto						
8. Qualidade da informação exposta						
9. Aplicabilidade à sua atividade profissional						
10. Recursos utilizados						
11. Duração						
12. Aquisição de novos conhecimentos						
13. Atualização de novos conhecimentos						

14. Qual o aspeto que considerou mais positivo neste projeto?

15. Qual o aspeto que considerou mais negativo neste projeto?

Considerando a seguinte listagem classifique o impacto que o projeto “Pare, Escute e Olhe” teve sobre si.	Nada útil			Muito útil
	1	2	3	4	5
16. Capacidade de auto-regulação na problemática “preconceito”					
17. Capacidade de gerir conflitos					
18. Capacidade de gerir diferenças culturais					
19. Desenvolvimento pessoal					
20. Esclarecimento acerca da cultura cigana					

1 = Discordo totalmente, 2 = Discordo, 3 = Não Concordo, nem discordo 4 = Concordo e 5 = Concordo totalmente.

Considera que:	Grau de Concordância					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
21. Os alunos de etnia cigana apresentam maiores dificuldades de inserção na vida escolar						
22. Os alunos de etnia cigana estão integrados no contexto escolar.						
23. O Projeto “Pare, Escute e Olhe” influenciou/motivou a aprendizagem dos alunos de etnia cigana						
24. O projeto contribuiu para a integração dos alunos de etnia cigana						
25. O projeto contribuiu para a aceitação dos alunos de etnia cigana perante a comunidade escolar						
26. A origem cultural condiciona o comportamento dos alunos de etnia cigana						
27. O projeto serviu para promover o respeito pelas diferenças culturais dos alunos						
28. O projeto ajudou a produzir materiais didáticos de carácter intercultural						
29. É vantajoso ter uma turma com alunos de diferentes origens culturais						
30. A formação/informação do Projeto “Pare, Escute e Olhe” foi fundamental para a desconstrução do preconceito contra os alunos de etnia cigana						

31. A integração da diversidade cultural em contexto escolar é vista por si, enquanto docente, como um desafio positivo						
32. As atividades desenvolvidas pelo projeto "Pare, Escute e Olhe" foram um fator facilitador de integração na sala de aula dos alunos de etnia cigana						

33. Deseja que o(a) mantenhamos informado(a) sobre futuros projetos?

Sim Não

34. Recomendaria a participação neste tipo de projetos a outros colegas?

Sim Não

35. Nos últimos 18 meses sentiu que houve mudanças na integração de elementos de minorias étnicas, designadamente de alunos de etnia cigana.

Mudança para pior Nenhuma mudança Mudança para melhor

36. Distribua por favor um total de 10 valores pelas seguintes entidades consoante o grau de contribuição que na sua opinião elas tiveram para essa mudança (exemplo: pode atribuir os 10 valores a uma só entidade, atribuir 7 a uma delas e 3 a outra, etc.)

Ao mérito das comunidades ciganas	
Ao mérito das comunidades não ciganas	
À equipa de projeto "Pare, Escute, Olhe"	
Aos professores e funcionários da escola	
Aos alunos	
Aos pais/encarregados de educação	
Ao Estado	
Ao contexto económico e social	

Muito obrigado pela sua colaboração!

Anexo 2 – Questionários aos familiares dos alunos que participaram no projeto.

Questionário de avaliação do projeto “Pare, Escute e Olhe”

Instruções de resposta ao questionário:

Este questionário versa um conjunto de temáticas relativas ao modo como cada pessoa percebe a implementação do projeto “Pare, Escute e Olhe” na luta contra a discriminação étnica.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor e honestidade, pois só assim será possível avaliar o impacto que o referido projeto teve na população em geral.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O tratamento deste é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu **anonimato** é respeitado.

1. Idade

Menos de 30 anos De 30 a 40 anos De 41 a 50 anos Mais de 50 anos

2. Género Masculino Feminino

3. Grau de parentesco com o educando

Mãe Pai Avô/Avó Outro Qual _____

4. Habilitações Académicas

1º Ciclo 2º Ciclo 3º Ciclo 12.º ano Curso técnico-profissional

Bacharelato Licenciatura Mestrado Doutoramento

Outra Qual _____

5. Já ouviu falar do Projeto “Pare, escute e olhe”? Sim Não

5. 1 - Se SIM, qual o nível de informação que tem sobre o projeto?

Muito Pouca Pouca Nem muita, nem pouca Alguma Muita

6. A turma do seu educando integra alunos de etnia cigana?

Sim Não

7. Acha que os alunos de etnia cigana apresentam dificuldades de inclusão escolar?

Sim Não

7.1. Se SIM, considera que o projeto “Pare, Escute e Olhe” contribuiu para a inclusão dos mesmos?

Discordo totalmente	Discordo	Não concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

8. Acha considerou que quanto maior for o número de alunos de etnia cigana numa turma, maior é a dificuldade do processo ensino-aprendizagem?

Sim Não

8.1. Se SIM, acha que este aspeto melhorou com a implementação do projeto “Pare, Escute e Olhe”?

Discordo totalmente	Discordo	Não concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

9. Considera que a presença de alunos de etnia cigana provoca tensões nos professores?

Sim Não

9.1. Se SIM, acha que este aspeto melhorou com a implementação do projeto “pare, escute e olhe”.

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

10. Já se confrontou com problemas específicos no que se refere aos alunos de etnia cigana?

Sim Não

10.1 – Se SIM, Quais? _____

11. Quando a presença de alunos de etnia cigana provoca perturbações, estas devem-se:

11.1. Ao seu défice intelectual, académico, linguístico.

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

11.2. Aos seus hábitos comportamentais e/ou culturais.

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

11.3. Aos seus diferentes valores, crenças e motivações.

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

12. Considera que os professores que ensinam diretamente os alunos de etnia cigana necessitam de uma informação e formação específicas?

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

13. Concorda que existe uma relação entre o sucesso escolar dos jovens de etnia cigana e a integração em contexto escolar?

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

14. Tem conhecimento das atividades desenvolvidas pelo projeto “Pare, Escute e Olhe”?

Sim Não

14.1. Se SIM, acha que o projeto:

14.1.1. Favorece a integração de elementos de minorias étnicas, designadamente de alunos de etnia cigana.

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

14.1.2. Promove e/ou reforça o diálogo intercultural.

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

14.1.3. Reforça a coesão social.

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

14.1.4. Contribui para a resolução de conflitos sócio-culturais.

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

14.1.5. Contribui para a definição de estratégias de intervenção social.

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

14.1.6. Facilita a comunicação entre os profissionais (professores, pessoal administrativo, pessoal auxiliar,...) e os alunos de etnia cigana.

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

14.1.7. Promove a inclusão dos alunos de etnia cigana em igualdade de condições.

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

15. Considera que os colaboradores do projeto “Pare, Escute e Olhe” devem ser preferencialmente pessoas de etnia cigana que revelem competências de mediação sócio-cultural e conhecimento das características sócio-culturais das comunidades de etnia cigana?

Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

16. Nos últimos 18 meses sentiu que houve mudanças na integração de elementos de minorias étnicas, designadamente de alunos de etnia cigana.

Mudança para pior Nenhuma mudança Mudança para melhor

17. Distribua por favor um total de 10 valores pelas seguintes entidades consoante o grau de contribuição que na sua opinião elas tiveram para essa mudança (exemplo: pode atribuir os 10 valores a uma só entidade, atribuir 7 a uma delas e 3 a outra, etc.)

Ao mérito das comunidades ciganas	
Ao mérito das comunidades não ciganas	
À equipa de projeto "Pare, Escute, Olhe"	
Aos professores e funcionários da escola	
Aos alunos	
Aos pais/encarregados de educação	
Ao Estado	
Ao contexto económico e social	

Muito obrigado pela sua colaboração!

**Anexo 3 - Guião da entrevista a dois intervenientes de etnia cigana do Projeto
“Pare, Escute e Olhe”**

Questões orientadoras para a entrevista

- a) Qual o papel/funções que desempenhou neste projeto?
- b) Teve apenas contacto com a população cigana ou também com a população não cigana (maioritária)?
- c) O que representou para si o projeto? O que achou mais importante, o que acha que trouxe de novo a esta realidade?
- d) Considera que existe exclusão social dos ciganos por parte da restante população, ou acha que houve alguma melhoria com o projeto “Pare, escute e olhe”
- e) Como lidam os elementos da comunidade cigana com esta exclusão, como acha que eles se sentem?
- f) Acha que os elementos da comunidade cigana preferem viver á parte ou integrar-se?
- g) Considera que as atividades realizadas com o projeto “Pare, Escute e Olhe” estão a dar frutos positivos?
- h) Na sua opinião o que achou mais importante no projeto “Pare, escute e olhe”?
- i) O que trouxe de novo o projeto “Pare, Escute e Olhe”, quer para a comunidade cigana, quer para a comunidade em geral?

Anexo 4 – Análise de Conteúdos das entrevistas

Análise de Conteúdo

Uma das técnicas utilizada para a presente avaliação de Impacto consiste na entrevista indireta. Ao eleger esta modalidade, conseguimos interpretar aspetos mais profundos do comportamento dos entrevistados, uma vez que se pode observar qual a postura por estes adotada no decorrer da entrevista. Com esta prática, além de importarem os factos concretos, é dada também alguma importância aos valores e sentimentos que os complementam. A utilização da entrevista implica que o tratamento dos dados recolhidos fosse realizado através da técnica da análise de conteúdos que permitiu interpretar os vários discursos dos entrevistados, as suas ideias, opiniões e ainda o “...estudo do não dito, do implícito” (QUIVY, 1998:230).

Objetivos da entrevista:

Apurar o interesse e a colaboração da comunidade cigana no Projeto “Pare, Escute e Olhe”

Questões orientadoras:

- a) Qual o papel/funções que desempenhou neste projeto?
- b) Teve apenas contacto com a população cigana ou também com a população não cigana (maioritária)?
- c) O que representou para si o projeto? O que achou mais importante, o que acha que trouxe de novo a esta realidade?
- d) Considera que existe exclusão social dos ciganos por parte da restante população, ou acha que houve alguma melhoria com o projeto “Pare, escute e olhe”?
- e) Como lidam os elementos da comunidade cigana com esta exclusão, como acha que eles se sentem?
- f) Acha que os elementos da comunidade cigana preferem viver à parte ou integrar-se?
- g) Considera que as atividades realizadas com o projeto “Pare, Escute e Olhe” estão a dar frutos positivos?
- h) Na sua opinião o que achou mais importante no projeto “Pare, escute e olhe”?

i) O que trouxe de novo o projeto “Parê, Escute e Olhe?” quer para a comunidade cigana que para a comunidade em geral?

Dados da entrevista

Data da entrevista: 14/04/2016

Tipo de entrevista: entrevista indireta

Duração da entrevista: 25 minutos

Dados do entrevistado:

Nome: Benjaminim

Sexo: Masculino

Tema	Categorias	Subcategorias	Indicadores/unidades de registos	Unidades de contexto
<p>Qual o papel/funções que desempenhou neste projecto</p>	<p>Funções que desempenhou</p> <p>Contacto com a população cigana e com população maioritária</p>	<p>- Objectivos do projecto</p>	<p>- Como lidar com a discriminação;</p> <p>- Combate à discriminação racial;</p> <p>- Sensibilizar a população contra a discriminação racial;</p>	<p>“Cada vez que fazemos um projecto na nossa associação faz muito sentido termos alguém da comunidade cigana, portanto uma vez que eu sou um técnico e também sou cigano as funções são desempenhada de uma forma muito mais fácil porque para além de conhecer as técnicas sou cigano e conheço a cultura cigana e portanto crio uma grande ponte entre o projecto e nosso público-alvo que são os ciganos o que nos facilita muito o trabalho....”</p> <p>Sempre com as duas populações, porque às vezes é um bocadinho difícil... embora tenhamos técnicos que já conhecem muito bem a comunidade cigana mas pronto há coisas que não se conseguem aprender em livros ou em formações ou assim... são coisas culturais, são vivências e uma vez que tenho essas vivências só eu é que posso ajudar, ou seja só eu é que percebo as duas linguagens, a dos ciganos e a da comunidade maioritária.”</p>
<p>O que representou para si o projecto? O que achou mais importante,</p>	<p>Impacto social</p>	<p>Informar/sensibilizar e formar</p>	<p>- informar acerca da cultura da comunidade cigana</p>	<p>“Para a comunidade maioritária e não só, nós por acaso quando fizemos o projecto passava muito pelo marketing, pelas redes sociais e nunca pensámos que ia ter um peso tão grande principalmente nas redes sociais e no site, isto porque nós criamos um modelo, criámos uma ferramenta de busca para as pessoas que trabalhavam com as comunidades ciganas e divulgávamos muito o nosso material quer no facebook, quer no site e também algumas notícias em relação aos ciganos... portanto houve muitos ciganos e não ciganos que começaram a gostar da nossa página e até começaram a mandar mensagens e dar-nos os parabéns por</p>

<p>o que acha que trouxe de novo a esta realidade?</p>	<p>do projeto “Pare, escute e Olhe”</p>	<p>Continuar a trabalhar o objetivo do projeto “Pare, Escute e Olhe”</p>	<p>- formar/sensibilizar técnicos para trabalhar para a comunidade cigana</p>	<p>causa da nossa página e começou a ser um bocadinho um motor de busca para pessoas que trabalhavam com as comunidades ciganas e eu acredito que muitas actividades, esta do facebook que foi das melhores coisas que fizemos foi essa campanha... nós também trabalhamos com alguns técnicos porque nós dávamos alguma formação, workshop que fazíamos que era virado para técnicos que trabalhavam com as comunidades ciganas, quer professores, quer auxiliares, polícias, enfim todos aqueles técnicos que trabalhassem com as comunidades ciganas e nós dávamos a formação sobre história e cultura cigana e dávamos a conhecer o que era um pouco as vivências dos ciganos para depois esses técnicos serem um bocadinho mais facilitados e terem algumas ferramentas para puderem trabalhar com essas comunidades... então facilitávamos muito o trabalho deles porque começavam a perceber o porquê de acontecer aquilo ou acontecer o outro e claro tiram muitas dúvidas também nas nossas formações e as pessoas saíam muito satisfeitas porque eram lapidadas todas aquelas dúvidas que tinham sobre a comunidade ciganas... “</p>
<p>Considera que existe exclusão social dos ciganos por parte da restante população, ou acha que houve alguma melhoria com o projecto “Pare, escute e</p>	<p>Exclusão social por parte da comunidade</p>	<p>- Exclusão social - Muitas barreiras para a integração social</p>	<p>- Continuar a trabalhar o objetivo do projeto “Pare, Escute e Olhe” - Continuar a lutar contra a</p>	<p>“Sim, hoje em dia isso acontece de várias formas, no próprio facebook revelaram-se alguns desses problemas porque há aquelas pessoas que utilizam as redes sociais ou quando não tem quase nada para fazer e revelam aquele ódio que tem dentro deles manifestam em comentários ou em imagens... por exemplo quando fizemos uma actividade de “pleno direito” quando saímos dela fomos impedidos de entrar num estabelecimento comercial só por sermos ciganos... há muito racismo e em relação aos ciganos há muitos preconceitos e parece que ultimamente as coisas vão</p>

olhe”	maioritária em relação às comunidades ciganas		discriminação racial da comunidade cigana	piorando porque as notícias muitas vezes os media também não ajudam muito e está muita coisa ainda por debater muito para cortar... muita floresta para cortar... nós temos a percepção que das comunidades ciganas há pessoas muito más, pessoas que fazem muitos disparates, mas não é só das comunidades ciganas... e as pessoas muitas vezes não conseguem ver essa diferença generalizam muito em relação aos ciganos e esse é um grande problema?”
Como lidam os elementos da comunidade cigana de Moura com esta exclusão, como acha que eles se sentem?	Exclusão social	- Exclusão social - Muitas barreiras para a integração social	- Continuar a trabalhar o objetivo do projeto “Pare, Escure e Olhe” - Continuar a lutar contra a discriminação racial da comunidade cigana	“É muito difícil lidar com a exclusão... isto leva a muitos problemas leva a problemas de educação, problemas de empregabilidade, problemas na saúde e tudo isto é uma bola de neve cada vez que vai rodando vai agarrando outros problemas os próprios ciganos às vezes tem um pouco de medo, tem medo de dedicar-se um bocadinho mais à educação porque depois de ter um filho formado será muito difícil de ter emprego ou então alguém quer alugar uma casa por exemplo onde nós estamos é muito difícil... à muitas barreiras... toda a nossa cultura, a nossa história desde os 500 anos que estamos cá temos tido grandes problemas...”
Acha que os elementos da comunidade cigana preferem viver á parte ou integrar-se (Moura e Serpa)	- Exclusão social	- Falta de respostas para a exclusão social	- População cigana quer integra-se - Dificuldade de aceitação por parte da população maioritária	“Totalmente eles gostavam-se de integrar mas há muita barreira, por exemplo eu conheço aqui muitas pessoas, é claro que nem todos os ciganos são iguais, há culturas dos ciganos do Alentejo que por exemplo no Porto não há, são culturas diferentes por causa dos territórios... Se reparamos muitos dos ciganos que vivem em Portugal vivem do RSI que é uma medida para combater a pobreza, a exclusão e são subsídios muito pequeninos para famílias muito numerosas e se eu perguntar a um cigano preferes receber o RSI (400,00€) ou preferes ir trabalhar tu e a tua

				<p>mulher e ganhar mil e poucos euros é claro que preferem trabalhar só que são poucas as autarquias, são poucas as entidades que dão trabalho a este tipo de pessoas logo esse subsídio é o único meio de sobrevivência que tem e daí parece que eles não querem passar disso... é totalmente errado... eles querem só que não conseguem porque ninguém lhes dá trabalho... é claro que se querem integrar, mas infelizmente há muito racismo em Portugal e na Europa, aliás à estudo que indicam que povo mais discriminado são os ciganos...”</p>
<p>Considera que as actividades realizadas com o projecto “Pare, Escute e Olhe” estão a dar frutos positivos?</p>	<p>Impacto social do projeto “Pare, escute e Olhe”</p>	<p>Informar/sensibilizar e formar a trabalhar o objetivo do projeto “Pare, Escute e Olhe”</p>	<p>- Informar a comunidade maioritária - Informar a comunidade cigana</p>	<p>“Sim, de uma forma geral porque nós temos por exemplo algumas actividades em escolas e quando encontramos essas pessoas vem ter connosco e ainda se lembram do que fomos fazer e guardaram toda aquela informação que nós demos... por exemplo no calendário que fizemos com as escolas cá em Moura as crianças quando nos vêem falam-nos e dizem que já descobriram aquilo da cultura cigana, portanto até às próprias crianças faz muita falta porque elas é que são o futuro de amanhã e já estão mobilizadas para terem um bocadinho daquela sensibilidade em relação às comunidades ciganas, portanto todas as actividades tiveram um impacto muito bom... por exemplo na actividades de pleno direito nós tínhamos jovens que não sabiam formalizar uma reclamação, não sabiam que havia uma constituição, perceber que existem direitos e deveres foi muito bom para as comunidades ciganas ...”</p>

Análise de Conteúdo

Uma das técnicas utilizada para a presente avaliação de Impacto consiste na entrevista indireta. Ao eleger esta modalidade, conseguimos interpretar aspetos mais profundos do comportamento dos entrevistados, uma vez que se pode observar qual a postura por estes adotada no decorrer da entrevista. Com esta prática, além de importarem os factos concretos, é dada também alguma importância aos valores e sentimentos que os complementam. A utilização da entrevista implica que o tratamento dos dados recolhidos fosse realizado através da técnica da análise de conteúdos que permitiu interpretar os vários discursos dos entrevistados, as suas ideias, opiniões e ainda o “...estudo do não dito, do implícito” (QUIVY, 1998:230).

Objetivos da entrevista:

Apurar o interesse e a colaboração da comunidade cigana no Projeto “Pare, Escute e Olhe”

Questões orientadoras:

- a) Qual o papel/funções que desempenhou neste projeto?
- b) Teve apenas contacto com a população cigana ou também com a população não cigana (maioritária)?
- c) O que representou para si o projeto? O que achou mais importante, o que acha que trouxe de novo a esta realidade?
- d) Considera que existe exclusão social dos ciganos por parte da restante população, ou acha que houve alguma melhoria com o projeto “Pare, escute e olhe”?
- e) Como lidam os elementos da comunidade cigana com esta exclusão, como acha que eles se sentem?
- f) Acha que os elementos da comunidade cigana preferem viver à parte ou integrar-se?
- g) Considera que as atividades realizadas com o projeto “Pare, Escute e Olhe” estão a dar frutos positivos?
- h) Na sua opinião o que achou mais importante no projeto “Pare, escute e olhe”?

i) O que trouxe de novo o projeto “Paré, Escute e Olhe?” quer para a comunidade cigana que para a comunidade em geral

Dados da entrevista

Data da entrevista: 14/04/2016

Tipo de entrevista: entrevista indireta

Duração da entrevista: 25 minutos

Dados do entrevistado:

Nome: Piménio

Sexo: Masculino

Tema	Categorias	Subcategorias	Indicadores/unidades de registos	Unidades de contexto
<p>Qual o papel/funções que desempenhou neste projecto</p>	<p>Funções que desempenhou</p> <p>Contacto com a população cigana e com maioritária</p>	<p>- Objectivos do projecto</p>	<p>- Como lidar com a discriminação;</p> <p>- Combate à discriminação racial;</p> <p>- Sensibilizar a população contra a discriminação racial;</p>	<p>“Participei em duas sessões com as comunidades para falar sobre discriminações e como lidar com a discriminação...”</p> <p>“(…) em Moura foi quase uma aula prática porque enfrentámos uma situação de discriminação em que acionamos todos os meios que tínhamos à nossa disposição: o livro de reclamações, a polícia e o SOS racismo/comissão para igualdade e contra a discriminação racial.”</p> <p>“Na 2.ª acção foi a biblioteca humana decorreu em Moura em que uns quantos ciganos e umas quantas ciganas foram convidados a ser um livro e a falar sobre uma história que os marcou (relativamente à discriminação)”</p> <p>“Sempre com as duas populações, inclusive em Serpa tivemos sempre pessoas não ciganas na assistência.”</p>
<p>O que representou para si o projecto? O que achou mais importante,</p>	<p>Exclusão social por parte da comunidade maioritária em relação às</p>	<p>- Exclusão social</p> <p>- Muitas barreiras para a integração social</p>	<p>- Continuar a trabalhar o objetivo do projeto “Pare, Escute e Olhe”</p> <p>- Continuar a lutar contra a discriminação racial da comunidade cigana</p>	<p>“O que acompanhei de longe e vi na página de facebook, gostei bastante, gostei da forma como atacaram as questões como abordaram os assuntos... como promoveram e publicitaram certas e determinados eventos, acontecimentos e tudo mais... como promoveram a desconstrução dos estereótipos e dos preconceitos... gostei desse trabalho todo... em concreto deste dois trabalhos gostei de terem tido a capacidade de ir buscar ciganos para trabalhar com ciganos em contraste do que acontece, ou seja não ciganos a trabalhar para ciganos... gostei do envolvimento das comunidades ciganas até activas de um lado e do outro. Da parte da biblioteca humana também gostei da iniciativa foi original nunca tinha participado nela achei até que se deveria fazer mais...”</p>

o que acha que trouxe de novo a esta realidade?	comunidades ciganas			Gostei mesmo da aula prática em Moura, não querendo parecer assim um professor, a acção prática gostei bastante porque vi e pude acompanhar o que a comunidade pensava, o que a comunidade sentia e ver a comunidade a reagir de forma pacífica, correcta e estar disposta a agir, porque normalmente agente já estamos tão habituados a estas discriminações porque às vezes ignora e às vezes até ignora que existe uma lei anti-discriminatória por exemplo e lá em Moura pude ver uma reacção completamente diferente e foi bastante elogiada nas redes sociais quando foi denunciado esta situação, portanto gostei bastante”
Considera que existe exclusão social dos ciganos por parte da restante população, ou acha que houve alguma melhoria com o projecto “Pare, escute e olhe”	Exclusão social por parte da comunidade maioritária em relação às comunidades ciganas	- Exclusão social - Muitas barreiras para a integração social	- Continuar a trabalhar o objetivo do projeto “Pare, Escute e Olhe” - Continuar a lutar contra a discriminação racial da comunidade cigana	“A parte da melhoria que posso falar é talvez da capacitação e do encorajamento da comunidade local de Moura, de Serpa não pude acompanhar não sei como é que foi o impacto. Mas em Moura o projecto tem estado a ajudá-los bastante a capacitá-los e a ponderá-los também o que é ótimo ... Mas relativamente à sociedade maioritária não teve espaço suficiente para fazer um impacto assim tão grande até porque um problema demasiado profundo para ser abordado com um projecto mas já há um pequeno passo, talvez se o estado um dia mais tarde quiser atacar o racismo em Portugal possam criar medidas mais abrangentes e atacar em várias frentes não é só uma... mas mesmo assim acho que houve um impacto foi positivo”
Como lidam os elementos da comunidade	Exclusão social	- Exclusão social - Muitas barreiras	- Continuar a trabalhar o objetivo do projeto “Pare,	“Eles revoltam-se, dá para ver que ninguém gosta disso e em Moura também não é diferente do resto do país infelizmente ... agora daquilo que eu percebi é que são pessoas que se tiverem os instrumentos certos e a orientação e a capacitação necessária conseguem fazer muita coisa pela comunidade aí

<p>cigana de Moura com esta exclusão, como acha que eles se sentem?</p>		<p>para a integração social</p>	<p>Escute e Olhe”</p> <p>- Continuar a lutar contra a discriminação racial da comunidade cigana</p>	<p>em Moura...</p> <p>Há muito aquele preconceito e aquele estereótipo que as comunidades ciganas tem aquela resistência à mudança... E o que vi ali não é nada disso... há evoluções que tem que ser feitas... há sempre questões a evoluir, a melhorar e a capacitar e a ponderar mas até agora há uma abertura para a comunidade reagir, portanto se se continuar a trabalhar com a comunidade daqui a uma gerações acho que vai ser uma comunidade completamente diferente da que temos hoje”</p>
<p>Acha que os elementos da comunidade cigana preferem viver à parte ou integrar-se (Moura e Serpa)</p>	<p>- Exclusão social</p>	<p>- Falta de respostas para a exclusão social</p>	<p>- População cigana quer integrar-se</p> <p>- Dificuldade de aceitação por parte da população maioritária</p>	<p>“A comunidade maioritária em Moura é bastante opressora às comunidades ciganas e que isso acaba por ter um reflexo na própria reacção das comunidades ciganas, ou seja não tem grande esperança que os “senhores” vão mudar a sua atitude porém eles não generalizam isso e mesmo assim continua a querer ter contacto com não ciganos</p> <p>Tiveram contacto com não ciganos através do projecto, da parte da equipa e de pessoas que se envolveram com o projecto e não deixaram de procurar estar nos locais públicos e procurar estar nos sítios onde fossem bem recebidos... podia até ser daquelas comunidades que de tão batidas que estão se fechassem mas dá para ver que eles continuam a lutar e só estão à espera da oportunidade... e eles fazem questão de dar um bom testemunho e isso é bom... de serem um bom exemplo...”</p>
<p>Considera que as atividades realizadas com o projecto “Pare,</p>	<p>Impacto social do projeto “Pare,</p>	<p>Informar/sensibilizar e formar</p>	<p>- Informar a comunidade maioritária</p>	<p>“Sim, posso dizer que sim quando considerando todos os condicionantes: o tempo, o espaço, o financiamento... mas a questão destes projectos é que eles começam e depois tem de acabar e a questão da falta de continuidade que iriam promover o resto da transformação e este é o ponto negativo neste tipo de projectos, não haver perspectivas de</p>

Escute e Olhe” estão a dar frutos positivos?	escute e Olhe”	Continuar a trabalhar o objetivo do projeto “Pare, Escute e Olhe”	- Informar a comunidade cigana	continuação depois do trabalho iniciado e com pernas para andar... isto é apenas o principio... a mudança é longa tem que ser gradual e mesmo depois de haver essa mudança ela tem que ser defendida portanto que é para não voltarmos a ter pressões, porque as pressões para a exclusão social vai haver sempre, destruímos essa fonte de problema e estar constantemente a trabalhar para suportar as pressões e poder dar algum espaço para algum tipo de envolvimento da própria comunidade...”
--	----------------	--	-----------------------------------	--

